

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**

**Relatório do auditor independentes**

**Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

## **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**

### **Demonstrações contábeis regulatórias**

**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

#### **Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

**Balancos regulatórios**

**Demonstrações dos resultados regulatórias**

**Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias**

**Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Companhia Energética do Ceará - Coelce**  
Fortaleza - CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à **Companhia Energética do Ceará - Coelce**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **Companhia Energética do Ceará - Coelce** a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

### **Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

### **Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais no reconhecimento da receita da Companhia. Portanto, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

### **Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Notas Explicativas nºs 9 e 16)**

A Companhia registrou na rubrica de “Impostos a recuperar” o montante de R\$ 1.449.864 mil, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em 2019 relacionados com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

Adicionalmente por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, a Companhia registrou no passivo na rubrica de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” o montante de R\$ 1.420.867 mil.

Os referidos processos judiciais reconheceram o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

A auditoria da avaliação da Administração com relação ao montante do crédito é complexa e subjetiva, principalmente devido aos seguintes fatores: (i) o valor do crédito e a base de cálculo não estão explícitos na sentença judicial quanto ao método de cálculo do crédito favorável à Companhia; (ii) o reconhecimento e a estimativa do prazo e do valor da utilização dos créditos tributários envolve a estimativa das receitas futuras da Companhia, entre outras premissas chave.

Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

### **Resposta da auditoria ao assunto exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Notas Explicativas nºs 9 e 16)**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a leitura e avaliação das decisões e discussão com a Administração sobre as conclusões obtidas pela Administração da Companhia para o adequado momento do reconhecimento do valor crédito tributário, bem como da obrigação a ser restituída aos consumidores; (ii) testes dos cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial; (iii) entendimento e avaliação das premissas relevantes relacionados ao processo de mensuração do ativo adotado pela Administração da Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como a respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 9 e 16, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível**

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível no montante de R\$ 6.107.080 mil, em 31 de dezembro de 2019 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia tomadas em conjunto.

### **Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

### **Reconhecimento de benefícios pós emprego**

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

### **Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de benefícios pós emprego**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação das Notas Explicativas nº 4.5 e 19 às demonstrações contábeis regulatórias.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos apropriadas os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas nas Notas Explicativas nº 4.5 e 19 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

## Outros assuntos

### Demonstrações contábeis societárias

A **Companhia Energética do Ceará - Coelce** preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de fevereiro de 2020.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.



Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 27 de julho de 2020.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 CE 001465/F-4**

**Jairo da Rocha Soares**  
**Contador CRC 1 SP 120458/O-6 -S- CE**

A handwritten signature in blue ink, written over the printed name and profession of Jairo da Rocha Soares. The signature is a cursive-style name that loops around the text.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO**

Em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	91.605	95.835
Títulos e valores mobiliários	6	77.033	67.980
Consumidores e outras contas a receber	7	1.273.617	933.334
Ativos financeiros setoriais	10	296.430	291.670
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	324.760	349.452
Tributos a compensar	9	186.068	78.995
Serviço em curso		43.583	20.789
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	-	337
Outros créditos		118.078	104.050
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.411.174</b>	<b>1.942.442</b>
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Consumidores e outras contas a receber	7	26.694	12.291
Ativos financeiros setoriais	10	84.176	92.428
Depósitos judiciais	22	47.548	41.357
Cauções e depósitos	11	23.963	38.564
Serviço em curso		28.060	42.072
Tributos a compensar	9	1.425.147	79.988
Tributos diferidos	27	183.585	164.825
Outros créditos		-	194
Investimentos		5.614	5.738
Imobilizado	12	5.908.613	5.029.591
Intangível	13	198.467	165.170
Bens e atividades não vinculadas a concessão do serviço público	14	30.687	36.331
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.962.554</b>	<b>5.708.549</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.373.728</b>	<b>7.650.991</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO**

Em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	15	867.212	702.597
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	360.728	675.734
Salários, provisões e encargos sociais		42.489	53.088
Obrigações fiscais	17	185.920	128.901
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	16	102.703	-
Dividendos a pagar		83.283	73.357
Taxas regulamentares	20	346.568	377.012
Benefícios pós-emprego	19	2.284	2.377
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	15.399	251
Outras obrigações		41.175	45.113
Passivos financeiros setoriais	10	235.158	90.104
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.282.919</b>	<b>2.148.534</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.823.707	1.212.623
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores		1.318.164	-
Obrigações fiscais	17	5.798	8.197
Taxas regulamentares	20	72.327	68.464
Benefícios pós-emprego	19	94.773	112.102
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias	22	175.042	160.406
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	23	1.089.811	972.050
Outras obrigações		7.906	289
Tributos diferidos	27	205.931	88.102
Passivos financeiros setoriais	10	71.908	99.438
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.865.367</b>	<b>2.721.671</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	24	808.246	741.046
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.631.717	1.456.813
Outros resultados abrangentes		(341)	222
Reserva de reavaliação regulatória		377.215	151.233
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		82.671	72.801
Prejuízos acumulados		(32.737)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.225.442</b>	<b>2.780.786</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.373.728</b>	<b>7.650.991</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
<b>Receita / ingresso</b>			
Fornecimento de energia elétrica		6.290.188	5.772.284
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição		235.744	279.722
Venda de Energia Excedente - MVE		129.877	-
Outras receitas vinculadas		626.544	563.509
Ativos e passivos regulatórios		(112.599)	50.475
	25	<u>7.169.754</u>	<u>6.665.990</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>			
Tributos e encargos			
ICMS		(1.533.083)	(1.382.420)
PIS-PASEP		(103.401)	(109.157)
Cofins		(476.269)	(502.785)
ISS		(3.294)	(1.542)
Encargos - Parcela "A"			
Programa de eficiência energética - PEE		(22.861)	(20.583)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(293.252)	(398.235)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(22.861)	12.287
Taxa de fiscalização		(6.033)	(5.644)
Outros encargos		(33.084)	(30.884)
		<u>(2.494.138)</u>	<u>(2.438.963)</u>
		<u>4.675.616</u>	<u>4.227.027</u>
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>			
<b>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.875.370)	(2.599.577)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa			
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(281.557)	(278.178)
		<u>(3.156.927)</u>	<u>(2.877.755)</u>
		<u>1.518.689</u>	<u>1.349.272</u>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>			
<b>Custos gerenciáveis - parcela "B"</b>			
Pessoal e administradores	26	(163.443)	(167.017)
Serviços de terceiros	28	(370.196)	(344.491)
Material	28	(18.061)	(17.464)
Arrendamentos e aluguéis	28	(12.959)	(15.260)
Seguros	28	(3.950)	(2.410)
Doações, contribuições e subvenções	28	(1.835)	(1.550)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	28	(31.883)	(79.108)
Provisão para processos judiciais e outros	28	(22.301)	5.342
Tributos	28	(1.503)	(1.260)
Depreciação e Amortização	28	(261.909)	(233.130)
Outros despesas operacionais	28	(92.653)	(92.981)
		<u>(980.693)</u>	<u>(949.329)</u>
		<u>537.996</u>	<u>399.943</u>
<b>Resultado da atividade</b>			
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	29	108.516	140.704
Despesas financeiras	29	(246.908)	(221.202)
		<u>399.604</u>	<u>319.445</u>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>			
Imposto de renda	27	(9.793)	(13.902)
Contribuição social	27	(33.223)	(31.987)
		<u>356.588</u>	<u>273.556</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas Controladores		264.057	202.571
Acionistas Não Controladores		92.531	70.985
		<u>4.5801</u>	<u>3.5136</u>
<b>Lucro por ação originado das operações (em reais por milhares de ações)</b>			
<b>Básico - lucro de operações</b>			
Atribuíveis a acionistas controladores		3,3916	2,6019
Detentores de ações ordinárias		2,8278	2,1693
Detentores de ações preferencias - Classe A		1,6621	1,2751
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,0903	0,0693
<b>Diluído - lucro de operações</b>			
Atribuíveis a acionistas controladores		3,3916	2,6019
Detentores de ações ordinárias		2,8278	2,1693
Detentores de ações preferencias - Classe A		1,6621	1,2751
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,0903	0,0693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Notas</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>356.588</b>	<b>273.556</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>		
Realização da reserva de reavaliação	12 (23.606)	(29.039)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	27 8.026	9.873
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	12 366.002	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	27 (124.440)	-
Realização e constituição da reserva de reavaliação líquidos dos tributos	<u>225.982</u>	<u>(19.166)</u>
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	19 3.772	(23.571)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	27 (1.283)	8.014
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	<u>2.489</u>	<u>(15.557)</u>
Perda em instrumentos financeiros derivativos	19 (853)	(1.206)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	30 290	410
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	<u>(563)</u>	<u>(796)</u>
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>	<b><u>584.496</u></b>	<b><u>238.037</u></b>
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	432.825	176.269
Acionistas não controladores	151.671	61.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2019	31/12/2018
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	356.588	273.556
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.973	71.888
Depreciação e amortização	283.289	245.333
Juros e variações monetárias	152.025	120.256
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	14.348	2.826
Ativos e passivos financeiros setoriais	(3.057)	(14.865)
Valor residual de intangível e imobilizado	29.989	43.320
Tributos e contribuições social diferidos	(26.363)	(12.504)
Perda de recebíveis de clientes	28.910	7.220
Provisão para processos judiciais e outros	36.752	21.561
Benefício fiscal	5.645	6.168
Obrigações com benefício pós-emprego	4.735	10.240
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Consumidores	(391.606)	(132.115)
Subvenção CDE - desconto tarifário	24.692	15.736
Ativos financeiros setoriais	1.190	(138.109)
Tributos a compensar	(1.452.232)	(33.537)
Cauções e depósitos	14.601	(13.079)
Depósitos vinculados a litígios	(6.191)	319
Outros créditos	(12.219)	9.166
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	164.615	(53.265)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	1.420.867	-
Salários, provisões e encargos sociais	(10.599)	7.314
Obrigações fiscais	57.202	(4.900)
Passivos financeiros setoriais	117.524	76.504
Taxas regulamentares	(28.087)	(28.058)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(18.385)	(20.972)
Provisão para processos judiciais e outros	(22.116)	(12.810)
Outras obrigações	3.212	(15.278)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(57.561)	(43.675)
Pagamentos de juros de debêntures	(65.115)	(53.410)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(1.385)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>624.241</b>	<b>334.830</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>		
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(735.906)	(891.473)
Títulos e valores mobiliários	(9.053)	14.226
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(744.959)</b>	<b>(877.247)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>		
Captação de Debêntures	650.000	310.000
Captação de empréstimos e financiamentos	579.445	1.030.904
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(959.281)	(620.656)
Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	(6.639)	-
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(149.431)
Parcelamento especial	(1.544)	(1.882)
Pagamento de dividendos	(145.493)	(84.959)
<b>Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>116.488</b>	<b>483.976</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.230)</b>	<b>(58.441)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	95.835	154.276
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	91.605	95.835
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.230)</b>	<b>(58.441)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes			Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes			Proposta de distribuição de dividendos adicional
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>615.946</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>741.265</b>	<b>660.210</b>	<b>170.399</b>	<b>1.018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.596.354</b>
Aumento de capital	125.100	-	-	-	-	-	(125.100)	-	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.571)	-	-	(23.571)
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	8.014	-	-	8.014
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	15.557	-	(15.557)	-
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.206)	-	-	(1.206)
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	410	-	-	410
Realização da reserva de reavaliação 2018	-	-	-	-	-	-	-	(29.039)	-	-	29.039	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2018	-	-	-	-	-	-	-	9.873	-	-	(9.873)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	273.556	273.556
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	73.348	-	-	-	-	(73.348)	-
<b>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</b>												
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.801)	(72.801)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.801	(72.801)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	58.245	-	-	-	(58.245)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>741.046</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>814.613</b>	<b>593.355</b>	<b>151.233</b>	<b>222</b>	<b>72.801</b>	<b>-</b>	<b>2.780.786</b>
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.801)	-	(72.801)
Aumento de capital	67.200	-	-	-	-	-	(67.200)	-	-	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	3.772	-	-	3.772
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.283)	-	-	(1.283)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.489)	-	2.489	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(853)	-	-	(853)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	290	-	-	290
Realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	(23.606)	-	-	23.606	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	8.026	-	-	(8.026)	-
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-	-	-	-	-	-	366.002	-	-	-	366.002
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-	-	-	-	-	-	(124.440)	-	-	-	(124.440)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	356.588	356.588
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	74.272	-	-	-	-	(74.272)	-
<b>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</b>												
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	52
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	(82.671)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.671	(82.671)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	167.832	-	-	-	(167.832)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>808.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>888.885</b>	<b>693.987</b>	<b>377.215</b>	<b>(341)</b>	<b>82.671</b>	<b>(32.737)</b>	<b>3.225.442</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações Gerais**

---

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Coelce hoje é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Em 27 de Julho de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Contábeis Regulatória.

**2. Setor elétrico no Brasil**

---

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A regulação para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 35 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

#### **3.1 Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis regulatórias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

#### **Continuidade operacional**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações contábeis regulatórias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

#### **4. Principais práticas contábeis**

---

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

##### **4.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações Contábeis são preparadas em Reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas no resultado abrangente.

##### **4.2. Receita**

###### **a) Receitas de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o consumo (consumo lido / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

###### **b) Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

##### **4.3. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros**

A Companhia, no momento do reconhecimento inicial de seus ativos financeiros e passivos financeiros recebem a classificação que reflete em todos os aspectos relevantes a devida natureza, sendo os ativos mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), enquanto que os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos de proteção são classificados de acordo com a sua natureza e propósito de proteção das operações e atividades exercidas pela Companhia.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adota o modelo de perdas esperadas para determinação do valor recuperável de seus ativos financeiros, este modelo avalia o valor recuperável para todo o período de seus ativos financeiros, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realiza o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, o órgão regulador não acatou as determinações estabelecidas através do CPC 38, equivalente à norma internacional IFRS 09, e a diferença na tratativa contábil é evidenciada na nota supracitada.

**b) Hedge de fluxo de caixa**

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como Resultados Financeiros.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de hedge de fluxo de caixa, no patrimônio líquido.

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. A Nota 30 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

#### **c) Hedge de valor justo**

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

#### **4.4. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**a) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

**4.5. Benefício a empregados - Planos de benefício definido**

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

#### **4.6. Provisão para processos judiciais e outros**

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item em individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

#### **4.7. Resultado por ação de capital**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

#### **4.8. Demonstrações contábeis regulatórias**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.8.1. Ativos e passivos regulatórios**

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

**4.8.2. Imobilizado**

**a) Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**b) Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

**c) Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional IFRS 16 *Leases*, efetiva e requerida para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019, estabelece princípios e premissas para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma em questão, e, dessa forma, não permitindo a utilização da prerrogativa antes utilizada através do arrendamento operacional.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Contudo, até que o órgão regulador aprove a adoção do novo pronunciamento, e posteriormente sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06(R2) não são refletidas para fins regulatórias, e a Companhia continuará a apresentar para este fim as premissas e políticas contábeis relacionadas aos arrendamentos em consonância ao CPC 06 (R1) equivalente à norma internacional IAS 17 Leases os efeitos decorrentes a não aplicação do novo pronunciamento são apresentados na nota explicativa nº 30.

#### **4.8.3. Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

#### **4.8.4. Obrigações vinculadas do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)**

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

#### **4.8.5. Reserva de reavaliação**

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na terceira revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL Nº 122/2014, a Companhia registrou em 2014 a reavaliação regulatória, como data-base o mês de setembro de 2013.

#### **4.8.6. Reconhecimento de receita**

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis regulatórias, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e contas correntes bancárias	36.811	31.965
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	2.039	416
Operações compromissadas	49.677	63.420
	<b>51.716</b>	63.836
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	3.078	34
	<b>3.078</b>	34
Aplicações financeiras	<b>54.794</b>	<b>63.870</b>
<b>Total</b>	<b>91.605</b>	<b>95.835</b>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

**6. Títulos e valores mobiliários**

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de investimentos não exclusivos	72.531	67.810
Fundos de investimentos exclusivos	4.502	170
Títulos públicos	2.725	170
LF - Letra Financeira	1.777	-
<b>Total</b>	<b>77.033</b>	<b>67.980</b>

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**7. Consumidores**

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PECLD	31.12.2019	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PECLD	31/12/2018
<u>Circulante</u>												
Classe de consumidores:												
Residencial	283.120	110.289	179.195	572.604	(200.064)	<b>372.540</b>	140.987	147.372	206.455	494.814	(173.580)	<b>321.234</b>
Industrial	25.736	9.997	70.211	105.944	(25.343)	<b>80.601</b>	16.534	12.264	25.963	54.761	(23.919)	<b>30.842</b>
Comercial	79.205	21.335	76.443	176.983	(39.962)	<b>137.021</b>	52.784	31.756	38.216	122.756	(37.411)	<b>85.345</b>
Rural	80.498	32.680	79.357	192.535	(39.239)	<b>153.296</b>	43.571	27.701	40.226	111.498	(35.592)	<b>75.906</b>
Poder público	35.381	30.761	18.576	84.718	(7.868)	<b>76.850</b>	27.912	22.450	9.116	59.478	(6.483)	<b>52.995</b>
Iluminação pública	35.873	25.094	31.328	92.295	(5.713)	<b>86.582</b>	25.449	11.711	7.885	45.045	(2.511)	<b>42.534</b>
Serviço público	16.413	6.289	13.118	35.820	(6.171)	<b>29.649</b>	10.888	6.268	8.398	25.554	(4.794)	<b>20.760</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>556.226</b>	<b>236.445</b>	<b>468.228</b>	<b>1.260.899</b>	<b>(324.360)</b>	<b>936.539</b>	<b>318.125</b>	<b>259.522</b>	<b>336.259</b>	<b>913.906</b>	<b>(284.290)</b>	<b>629.616</b>
Receita não faturada	211.437	-	-	211.437	-	<b>211.437</b>	207.649	-	-	207.649	-	<b>207.649</b>
Consumidores baixa renda	13.404	-	-	13.404	-	<b>13.404</b>	35.129	-	-	35.129	-	<b>35.129</b>
Parcelamento de débitos	5.852	16.498	42.763	65.113	-	<b>65.113</b>	1.433	21.004	18.966	41.403	-	<b>41.403</b>
Venda de Energia Excedente	12.085	-	-	12.085	-	<b>12.085</b>	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de uso mútuo	4.354	5.828	14.197	24.379	(3.067)	<b>21.312</b>	3.709	5.876	17.455	27.040	(9.421)	<b>17.619</b>
Agente de Cobrança da Iluminação Pública	6.531	-	47.369	53.900	(40.173)	<b>13.727</b>	-	2.496	42.112	44.608	(42.690)	<b>1.918</b>
<b>Contas a receber</b>	<b>253.663</b>	<b>22.326</b>	<b>104.329</b>	<b>380.318</b>	<b>(43.240)</b>	<b>337.078</b>	<b>247.920</b>	<b>29.376</b>	<b>78.533</b>	<b>355.829</b>	<b>(52.111)</b>	<b>303.718</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>809.889</b>	<b>258.771</b>	<b>572.557</b>	<b>1.641.217</b>	<b>(367.600)</b>	<b>1.273.617</b>	<b>566.045</b>	<b>288.898</b>	<b>414.792</b>	<b>1.269.735</b>	<b>(336.401)</b>	<b>933.334</b>
<u>Não circulante</u>												
Câmara de Comercialização de Energia												
Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	26.694	26.694	-	<b>26.694</b>	-	-	12.291	12.291	-	<b>12.291</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.983</b>	<b>41.983</b>	<b>(15.289)</b>	<b>26.694</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.580</b>	<b>27.580</b>	<b>(15.289)</b>	<b>12.291</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31.12.2019</b>
PECLD sobre contas a receber	(351.690)	(28.097)	(3.102)	(382.889)
PCLD sobre outras contas a receber	-	(3.786)	-	(3.786)
	<b>(351.690)</b>	<b>(31.883)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(386.675)</b>

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais (quando aplicável), considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**8. Subvenção CDE - desconto tarifário**

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	31.12.2019	31.12.2018
CDE compensação - liminar (a)	324.227	324.227
Previsão CDE (mensal) ciclo corrente	-	21.699
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(777)	925
CDE a receber - diferença ciclo anterior	1.310	2.601
	<b>324.760</b>	<b>349.452</b>

Em dezembro de 2019 a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 22.007 com deságio de R\$ 156.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsídio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até 2016 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 324.227 (R\$ 324.227 em 2018), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

**9. Tributos a compensar**

	31.12.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	13.348	-	7.205	-
ICMS (a)	60.836	66.930	59.555	68.932
ICMS parcelamento	-	11.056	-	11.056
PIS e COFINS	8.163	-	3.776	-
PIS e COFINS (ICMS) (b)	102.703	1.347.161	-	-
Outros tributos	1.018	-	8.459	-
<b>Total</b>	<b>186.068</b>	<b>1.425.147</b>	<b>78.995</b>	<b>79.988</b>

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 106.954 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 107.449 em 31 de dezembro de 2018) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 20.812 (R\$ 21.038 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte. A Companhia foi comunicada no dia 14 de janeiro de 2020, através do Parecer Nº 3344 de 30 de dezembro de 2019, emitido pela Célula de Consultoria e Normas-CECON, da decisão de compensação do valor de R\$ 11.056, o qual deverá ser dividido em 4 parcelas iguais a partir de fevereiro de 2020.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)**

- b) A Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$ 1.449.864.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 16).

---

**10. Ativos e passivos financeiros setoriais**

---

**a) Ativos e passivos financeiros setoriais**

A nova regulamentação do setor de energia elétrica implicou, dentro outras alterações, na constituição de ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre esses ativos e passivos.

**b) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

**c) Demais ativos e passivos regulatórios**

Programas sociais e governamentais

A Companhia, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. A tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência. Os saldos remanescentes estão classificados como “outros” em demais ativos regulatórios.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA ativa</b>	<b>276.992</b>	<b>1.044.404</b>	<b>(344.796)</b>	<b>(174.763)</b>	<b>21.485</b>	<b>(516.826)</b>	<b>306.496</b>	<b>109.178</b>	<b>197.318</b>	<b>245.318</b>	<b>61.178</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	219.911	851.801	(323.612)	(174.763)	23.208	(323.786)	272.759	102.812	169.947	220.289	52.470
Proinfa	1.321	1.861	(2.368)	-	159	(777)	196	1.030	(834)	196	-
Transporte Rede Básica	53.365	(7.969)	(14.554)	-	882	(4.463)	27.261	3.335	23.926	19.874	7.387
ESS	-	141.659	-	-	(4.709)	(136.950)	-	-	-	-	-
CDE	2.395	57.052	(4.262)	-	1.945	(50.850)	6.280	2.001	4.279	4.959	1.321
<b>Demais ativos regulatórios</b>	<b>107.106</b>	<b>23.365</b>	<b>(9.111)</b>	<b>-</b>	<b>(3.481)</b>	<b>(43.769)</b>	<b>74.110</b>	<b>-</b>	<b>74.110</b>	<b>51.112</b>	<b>22.998</b>
PIS/COFINS alíquota efetiva	19.786	11.258	(18.131)	-	-	-	12.913	-	12.913	12.913	-
Neutralidade da Parcela A	-	2.710	(4.776)	-	(129)	2.195	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	4.166	(26.341)	-	-	(1.512)	67.282	43.595	-	43.595	25.085	18.510
Diferimento de Reposição na RTP	78.837	23.672	-	-	(1.840)	(100.669)	-	-	-	-	-
Outros	4.317	12.066	13.796	-	-	(12.577)	17.602	-	17.602	13.114	4.488
<b>Total ativos regulatórios</b>	<b>384.098</b>	<b>1.067.769</b>	<b>(353.907)</b>	<b>(174.763)</b>	<b>18.004</b>	<b>(560.595)</b>	<b>380.606</b>	<b>109.178</b>	<b>271.428</b>	<b>296.430</b>	<b>84.176</b>

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA passiva</b>	<b>69.260</b>	<b>701.434</b>	<b>(125.872)</b>	<b>3.791</b>	<b>(516.826)</b>	<b>131.787</b>	<b>34.243</b>	<b>97.544</b>	<b>101.414</b>	<b>30.373</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	324.223	-	(437)	(323.786)	-	-	-	-	-
Proinfa	-	1.149	-	-	(777)	372	-	372	-	372
Transporte Rede Básica	-	3.803	-	660	(4.463)	-	-	-	-	-
ESS	64.416	314.480	(113.969)	3.438	(136.950)	131.415	34.243	97.172	101.414	30.001
CDE	4.844	57.779	(11.903)	130	(50.850)	-	-	-	-	-
<b>Demais passivos regulatórios</b>	<b>120.282</b>	<b>216.211</b>	<b>(134.715)</b>	<b>17.270</b>	<b>(43.769)</b>	<b>175.279</b>	<b>100.159</b>	<b>75.120</b>	<b>133.744</b>	<b>41.535</b>
PIS/COFINS alíquota efetiva	-	2.993	(2.993)	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	3.034	17.291	(9.982)	-	2.195	12.538	4.991	7.547	10.208	2.330
Sobrecontratação de Energia	14.462	(26.229)	(56.584)	1.069	67.282	-	16.356	(16.356)	-	-
Devoluções Tarifárias	90.529	180.055	(22.210)	15.036	(100.669)	162.741	78.349	84.392	123.536	39.205
Outros	12.257	42.101	(42.946)	1.165	(12.577)	-	463	(463)	-	-
<b>Total passivos regulatórios</b>	<b>189.542</b>	<b>917.645</b>	<b>(260.587)</b>	<b>21.061</b>	<b>(560.595)</b>	<b>307.066</b>	<b>134.402</b>	<b>172.664</b>	<b>235.158</b>	<b>71.908</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

**11. Cauções de depósitos**

---

A Companhia possui saldos de caução e depósito que garantem: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB), Garantias da concessão (Banco do Brasil). Abaixo apresentamos a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.12.2019	31.12.2018
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	18	17
BNB	CDB	14.544	29.347
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	9.401	9.200
<b>Total</b>		<b>23.963</b>	<b>38.564</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**12. Imobilizado**

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Reclassificação (E)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>8.270.856</b>	-	<b>(39.419)</b>	<b>520.815</b>	<b>1.086.717</b>	<b>67</b>	<b>9.839.036</b>	<b>1.568.180</b>	<b>(4.630.610)</b>	<b>5.208.426</b>	<b>4.496.084</b>	<b>(1.443.350)</b>	<b>609.373</b>	<b>(833.977)</b>
Terrenos	23.180	-	-	105	(1.056)	(13)	22.216	(964)	-	22.216	23.180	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	132.457	-	(556)	652	2.902	-	135.455	2.998	(70.376)	65.079	74.096	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	8.070.777	-	(38.800)	519.843	1.035.583	80	9.587.483	1.516.706	(4.474.109)	5.113.374	4.380.409	(1.443.350)	609.373	(833.977)
Veículos	7.225	-	-	-	894	-	8.119	894	(7.198)	921	528	-	-	-
Móveis e Utensílios	37.217	-	(63)	215	48.394	-	85.763	48.546	(78.927)	6.836	17.871	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>61.665</b>	-	<b>(2)</b>	<b>542</b>	<b>46.094</b>	-	<b>108.299</b>	<b>46.634</b>	<b>(75.240)</b>	<b>33.059</b>	<b>14.125</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.172	-	-	-	5.275	-	8.447	5.275	(3.302)	5.145	1.893	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	39.182	-	(2)	-	7.355	-	46.535	7.353	(41.784)	4.751	7.403	-	-	-
Veículos	532	-	-	-	132	-	664	132	(512)	152	191	-	-	-
Móveis e Utensílios	18.779	-	-	542	33.332	-	52.653	33.874	(29.642)	23.011	4.638	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>8.332.521</b>	-	<b>(39.421)</b>	<b>521.357</b>	<b>1.132.811</b>	<b>67</b>	<b>9.947.335</b>	<b>1.614.814</b>	<b>(4.705.850)</b>	<b>5.241.485</b>	<b>4.510.209</b>	<b>(1.443.350)</b>	<b>609.373</b>	<b>(833.977)</b>
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Reclassificação (E)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>511.161</b>	<b>654.662</b>	-	<b>(520.815)</b>	-	<b>(185)</b>	<b>644.823</b>	<b>133.662</b>	-	<b>644.823</b>	<b>511.161</b>	<b>(255.834)</b>	-	<b>(255.834)</b>
Máquinas e Equipamentos	305.275	624.477	-	(519.843)	-	(298)	409.611	104.336	-	409.611	305.275	(255.834)	-	(255.834)
Outros	205.886	30.185	-	(972)	-	113	235.212	29.326	-	235.212	205.886	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>8.221</b>	<b>14.508</b>	-	<b>(542)</b>	-	<b>118</b>	<b>22.305</b>	<b>14.084</b>	-	<b>22.305</b>	<b>8.221</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.314	494	-	-	-	-	1.808	494	-	1.808	1.314	-	-	-
Outros	6.907	14.014	-	(542)	-	118	20.497	13.590	-	20.497	6.907	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>519.382</b>	<b>669.170</b>	-	<b>(521.357)</b>	-	<b>(67)</b>	<b>667.128</b>	<b>147.746</b>	-	<b>667.128</b>	<b>519.382</b>	<b>(255.834)</b>	-	<b>(255.834)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>8.851.903</b>	<b>669.170</b>	<b>(39.421)</b>	-	<b>1.132.811</b>	-	<b>10.614.463</b>	<b>1.762.560</b>	<b>(4.705.850)</b>	<b>5.908.613</b>	<b>5.029.591</b>	<b>(1.699.184)</b>	<b>609.373</b>	<b>(1.089.811)</b>

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Reclassificação (E)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
<b>AIS Bruto</b>	<b>8.070.777</b>	-	<b>(38.800)</b>	<b>519.843</b>	<b>1.035.583</b>	<b>80</b>	<b>9.587.483</b>	<b>1.516.706</b>
Transformador de Distribuição	919.950	-	(11.502)	57.092	44.950	-	1.010.490	90.540
Medidor	793.364	-	(3.582)	79.678	38.720	-	908.180	114.816
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.699.685	-	(9.067)	1.481	22.892	-	3.714.991	15.306
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	(8.378)	289.328	156.078	-	437.028	437.028
Redes Alta Tensão (69 kV)	662.353	-	-	7.512	323.953	-	993.818	331.465
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	30	-	(261)	-	6	-	(225)	(255)
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	814.738	-	(2.170)	12.692	386.657	-	1.211.917	397.179
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	96	-	-	-	-	-	96	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	161	-	-	-	161	161
Demais Máquinas e Equipamentos	1.180.561	-	(4.001)	72.060	62.327	80	1.311.027	130.466
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(118.117)</b>	-	-	-	-	-	<b>(1.443.350)</b>	-
Participação da União, Estados e Municípios	(21.642)	-	-	-	-	-	(21.642)	-
Participação Financeira do Consumidor	(407.936)	-	-	-	-	-	(407.936)	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(227.533)	-	-	-	-	-	(227.533)	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(26.002)	(249)	-	-	-	-	(26.251)	(249)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(405.549)	-	-	-	-	-	(405.549)	-
Outros	(96.475)	-	-	-	-	-	(354.439)	-
Originadas da Receita	(96.475)	-	-	-	-	-	(354.439)	-
Excedente de reativos	(94.781)	-	-	-	-	-	(94.781)	-
Diferença das perdas regulatórias	3	-	-	-	(257.964)	-	(257.961)	(257.964)
Outros	(1.697)	-	-	-	-	-	(1.697)	-

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2019			31.12.2018		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Distribuição		<b>9.839.036</b>	<b>(4.630.610)</b>	<b>5.208.426</b>	<b>8.270.856</b>	<b>(3.774.772)</b>	<b>4.496.084</b>
Custo Histórico	<b>6,15%</b>	6.837.916	(2.536.186)	4.301.730	6.346.960	(2.290.464)	4.056.496
Correção Monetária Especial	<b>4,75%</b>	69.110	(68.492)	618	72.653	(72.030)	623
Correção Monetária Complementar	<b>4,93%</b>	121.682	(117.057)	4.625	124.387	(119.100)	5.287
Reavaliação	<b>5,40%</b>	2.810.328	(1.908.875)	901.453	1.726.856	(1.293.178)	433.678
Administração		<b>108.299</b>	<b>(75.240)</b>	<b>33.059</b>	<b>61.665</b>	<b>(47.540)</b>	<b>14.125</b>
Custo Histórico	<b>8,91%</b>	50.337	(40.170)	10.167	49.797	(37.344)	12.453
Correção Monetária Especial	<b>7,56%</b>	1.262	(1.262)	-	1.262	(1.262)	-
Correção Monetária Complementar	<b>7,56%</b>	675	(674)	1	675	(674)	1
Reavaliação	<b>8,91%</b>	56.025	(33.134)	22.891	9.931	(8.260)	1.671
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>9.947.335</b>	<b>(4.705.850)</b>	<b>5.241.485</b>	<b>8.332.521</b>	<b>(3.822.312)</b>	<b>4.510.209</b>
<b>Em Curso</b>							
Distribuição		644.823	-	644.823	511.161	-	511.161
Administração		22.305	-	22.305	8.221	-	8.221
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>667.128</b>	<b>-</b>	<b>667.128</b>	<b>519.382</b>	<b>-</b>	<b>519.382</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>10.614.463</b>	<b>(4.705.850)</b>	<b>5.908.613</b>	<b>8.851.903</b>	<b>(3.822.312)</b>	<b>5.029.591</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

<b>Adições do Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Mão de Obra Própria</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Terrenos	-	-	-	(428)	<b>(428)</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.077	<b>1.077</b>
Máquinas e equipamentos	301.062	323.419	489	-	<b>624.970</b>
Veículos	-	-	-	(8)	<b>(8)</b>
Móveis e utensílios	-	-	-	2.427	<b>2.427</b>
Transformação, fabricação e reparo de materiais	-	-	-	(45)	<b>(45)</b>
Material em depósito	(6.500)	-	-	-	<b>(6.500)</b>
Compras em andamento	34.600	-	-	-	<b>34.600</b>
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	13.077	<b>13.077</b>
<b>Total das Adições</b>	<b>329.162</b>	<b>323.419</b>	<b>489</b>	<b>16.100</b>	<b>669.170</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

As taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo as principais as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Distribuição</b>	
Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. SOFTWARE - STM	9.690
2. PROJECTS GLOBAL BILLING SYSTEM	9.003
3. SALESFORCE	4.604
4. CRM (SALESFORCE)	4.585
5. EPTS INICIATIVAS LOCAIS	2.477
6. EVOLUÇÕES DE SISTEMA	2.153
7. LICENÇA SALESFORCE	2.053
8. SOFTWARE	1.935
9. LICENÇA DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE	1.765
10. CRM (SALESFORCE)	1.466

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONOFÁSICO	(5.739)
2. MEDIDOR ELETROMECHANICO ENERGIA TRIFÁSICO	(1.032)
3. POSTE DT CONC 10,5M 150DAN	(1.026)
4. CONDUTOR <69KV AL ISOL XLPE 6 MM² BI	(867)
5. CONDUTOR <69KV AL ISOL XLPE 1X1X25MM²+25MM² BI	(787)
6. TRAFÓ DIST AEREO 7,96KV 220V 10KVA MONO CONV	(630)
7. CONDUTOR CU ISOL XLPE 4 MM² BI	(612)
8. POSTE DT CONC 9M 150DAN	(571)
9. TRAFÓ DIST AEREO 13,8KV 380/220V 15KVA TRI CONV	(566)
10. CONDUTOR <69KV AL ISOL XLPE 10 MM² BI	(549)

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**13. Intangível**

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
<b>Distribuição</b>	<b>180.271</b>	-	<b>21.639</b>	<b>44.382</b>	<b>246.292</b>	<b>66.021</b>	<b>(155.974)</b>	<b>90.318</b>	<b>73.343</b>
Servidões	19.877	-	1.641	3.112	24.630	4.753	-	24.630	19.802
Softwares	145.635	-	19.335	41.202	206.172	60.537	(155.974)	50.198	38.782
Outros	14.759	-	663	68	15.490	731	-	15.490	14.759
<b>Administração</b>	<b>107.713</b>	-	<b>31.944</b>	<b>7.835</b>	<b>147.492</b>	<b>39.779</b>	<b>(108.117)</b>	<b>39.375</b>	<b>27.554</b>
Softwares	106.761	-	31.944	7.835	146.540	39.779	(108.117)	38.423	26.602
Outros	952	-	-	-	952	-	-	952	952
<b>Subtotal</b>	<b>287.984</b>	-	<b>53.583</b>	<b>52.217</b>	<b>393.784</b>	<b>105.800</b>	<b>(264.091)</b>	<b>129.693</b>	<b>100.897</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>									
<b>Distribuição</b>	<b>22.161</b>	<b>10.786</b>	<b>(21.639)</b>	-	<b>11.308</b>	<b>(10.853)</b>	-	<b>11.308</b>	<b>22.161</b>
Servidões	8.625	570	(1.641)	-	7.554	(1.071)	-	7.554	8.625
Softwares	13.480	9.550	(19.335)	-	3.695	(9.785)	-	3.695	13.480
Outros	56	666	(663)	-	59	3	-	59	56
<b>Administração</b>	<b>42.112</b>	<b>47.298</b>	<b>(31.944)</b>	-	<b>57.466</b>	<b>15.354</b>	-	<b>57.466</b>	<b>42.112</b>
Softwares	42.105	44.382	(31.944)	-	54.543	12.438	-	54.543	42.105
Outros	7	2.916	-	-	2.923	2.916	-	2.923	7
<b>Subtotal</b>	<b>64.273</b>	<b>58.084</b>	<b>(53.583)</b>	-	<b>68.774</b>	<b>4.501</b>	-	<b>68.774</b>	<b>64.273</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>352.257</b>	<b>58.084</b>	-	<b>52.217</b>	<b>462.558</b>	<b>110.301</b>	<b>(264.091)</b>	<b>198.467</b>	<b>165.170</b>

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2019			31.12.2018		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>							
Distribuição		246.292	(155.974)	90.318	180.271	(106.928)	73.343
Custo Histórico	20,00%	160.947	(82.959)	77.988	139.307	(71.411)	67.896
Correção Monetária Especial		88	-	88	88	-	88
Correção Monetária Complementar		197	-	197	197	-	197
Reavaliação	20,00%	85.060	(73.015)	12.045	40.679	(35.517)	5.162
Administração		147.492	(108.117)	39.375	107.713	(80.159)	27.554
Custo Histórico	20,00%	127.281	(79.078)	48.203	95.336	(67.859)	27.477
Reavaliação	20,00%	20.211	(29.039)	(8.828)	12.377	(12.300)	77
<b>Total do ativo intangível em serviço</b>		<b>393.784</b>	<b>(264.091)</b>	<b>129.693</b>	<b>287.984</b>	<b>(187.087)</b>	<b>100.897</b>
<b>Em Curso</b>							
Distribuição		11.308	-	11.308	22.161	-	22.161
Administração		57.466	-	57.466	42.112	-	42.112
<b>Total do ativo intangível em curso</b>		<b>68.774</b>	<b>-</b>	<b>68.774</b>	<b>64.273</b>	<b>-</b>	<b>64.273</b>
<b>Total do ativo intangível</b>		<b>462.558</b>	<b>(264.091)</b>	<b>198.467</b>	<b>352.257</b>	<b>(187.087)</b>	<b>165.170</b>

## 14. Bens e atividades não vinculados a concessão do serviço público

### Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.12.2019	31.12.2018
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(684.974)	(668.368)
Provisão sobre o ágio	(429.364)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	369.064	358.104
<b>Total</b>	<b>30.686</b>	<b>36.331</b>
Não Circulante	30.686	36.331

A seguir o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.12.2019	Percentual
Em 2020	5.166	17%
Em 2021	4.728	15%
Em 2022	4.327	14%
2022 em diante	16.465	54%
<b>Total</b>	<b>30.686</b>	<b>100%</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

**15. Fornecedores e outras contas a pagar**

	31.12.2019	31.12.2018
Suprimento de energia		
Compra de Energia	479.625	361.882
Compra de Energia com partes relacionadas	1.242	661
Encargo de Uso da Rede	39.965	39.818
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	360	496
Materiais e serviços	308.887	269.173
Materiais e serviços com partes relacionadas	37.133	30.567
	<u>867.212</u>	<u>702.597</u>
Circulante	867.212	702.597

**16. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$ 1.449.864 e passivo de R\$ 1.420.867 (vide nota 9), por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em uma expectativa de 45 meses. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo. Abaixo demonstramos os impactos do referido registro:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	31.12.2019
<b>Ativo circulante</b>		
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	8	102.703
<b>Ativo não circulante</b>		
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	8	1.347.161
<b>Passivo circulante</b>		
PIS/COFINS - consumidores a restituir	17	102.703
<b>Passivo não circulante</b>		
PIS/COFINS - consumidores a restituir	17	1.318.164
<b>Resultado</b>		
<b>Receita operacional bruta</b>		
PIS/COFINS - consumidores a restituir		(894.659)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		894.659
<b>Receita financeira</b>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		555.205
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(555.205)

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos custos incorridos e a incorrer durante o período abrangido pela ação, e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

## 17. Obrigações fiscais

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL a pagar (a)	17.950	-	17.950	3.298	-	3.298
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	125.040	-	125.040	91.035	-	91.035
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	1.513	5.798	7.311	1.696	8.197	9.893
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	23.023	-	23.023	17.644	-	17.644
Programa de integração social - PIS	5.111	-	5.111	3.816	-	3.816
Imposto sobre serviços - ISS	2.977	-	2.977	2.356	-	2.356
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	8.056	-	8.056	7.094	-	7.094
Outros tributos e contribuições	2.250	-	2.250	1.962	-	1.962
<b>Total</b>	<b>185.920</b>	<b>5.798</b>	<b>191.718</b>	<b>128.901</b>	<b>8.197</b>	<b>137.098</b>

- a) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto por provisões para imposto de renda de R\$37.334 e contribuição social de R\$40.243 a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$59.627, sendo R\$31.341 de imposto de renda e R\$28.286 de contribuição social.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. No 3º dia útil de cada mês, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios do faturamento mensal do mês anterior, para que a área tributária realize a apuração do ICMS e o recolhimento no dia 20 do próprio mês.
- c) A Companhia aderiu em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 1.513 (saldo de R\$1.696 em 31 de dezembro de 2018) e no longo prazo o montante de R\$ 5.798 (Saldo de R\$ 8.197 em 31 de dezembro de 2018), tendo sua última parcela a ser paga será em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

	<b>31.12.2019</b>
	<b>REFIS IV</b>
	<b>FEDERAL</b>
Saldo inicial	<b>9.893</b>
(-) Pagamentos	<b>(1.544)</b>
(+) Atualização	<b>(1.038)</b>
Saldo final	<b>7.311</b>
Circulante	<b>1.513</b>
Não circulante	<b>5.798</b>
Total do passivo	<b>7.311</b>

**18. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>Início</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Tipo de Amortização</b>	<b>Taxas</b>
<b>Moeda estrangeira:</b>						
União Federal – Bônus de Desconto	4.635	4.455	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	6.686	6.419	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	USD + 6,2% a.a.
BNP 4131	287.277	-	17/12/2019	17/12/2020	Ao Final	USD + 2,74% a.a.
Total moeda estrangeira	<b>298.598</b>	<b>10.874</b>				
<b>Moeda nacional:</b>						
<b>Financiamentos</b>						
Eletrobrás	14.298	21.413	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	-	5.327	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	14.441	18.567	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	6.758	20.208	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B	6.760	20.215	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F	251	499	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A	-	53.181	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	-	64.887	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) FINAME	-	10.832	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	9,50% a.a.
<b>Empréstimos</b>						
Itaú CCB	-	50.946	20/03/2014	20/03/2019	Anual	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	-	75.670	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	107% CDI
Nota Promissória -9ª emissão	-	157.909	15/03/2018	15/03/2019	Bullet	104,9% CDI
BNB II	342.742	264.061	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>						
Enel Finance International N.V.	-	300.627	18/12/2018	18/12/2019	Bullet	8,05% a.a.
Total moeda nacional	<b>385.250</b>	<b>1.064.342</b>				
Total de empréstimos e financiamentos	<b>683.848</b>	<b>1.075.216</b>				
<b>Resultado das operações de Swap</b>	<b>15.399</b>	<b>(86)</b>				
	<b>699.247</b>	<b>1.075.130</b>				
Circulante	<b>342.118</b>	<b>673.973</b>				
Não circulante	<b>341.730</b>	<b>401.243</b>				
	<b>683.848</b>	<b>1.075.216</b>				

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	673.858	390.484	115	10.759
Captações	<b>200.000</b>	<b>79.445</b>	<b>300.000</b>	-
Encargos provisionados	<b>46.759</b>	-	<b>870</b>	-
Encargos pagos	<b>(56.986)</b>	-	<b>(575)</b>	-
Variação monetária e cambial	-	<b>10.971</b>	<b>(13.029)</b>	<b>458</b>
Transferências	<b>150.376</b>	<b>(150.376)</b>	<b>11</b>	<b>(11)</b>
Amortizações	<b>(959.281)</b>	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>54.726</b>	<b>330.524</b>	<b>287.392</b>	<b>11.206</b>

- Em 07 de março de 2019, a Companhia adquiriu uma dívida (debêntures 7ª Emissão) com custo menor, e com isso foi realizado o pré-pagamento da nota promissória 10ª emissão no dia 1º de abril de 2019 e também o pré-pagamento dos contratos com o BNDES 2014 no dia 15 de julho de 2019.
- Em julho de 2019, a Companhia realizou o pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2014 (montante total de R\$ 110.000, com vida média de 1,38 e custos atrelados a TJLP e Selic, com spreads de 1,30% a 2,30%), com o objetivo de otimizar os gastos financeiros. Para isto, foram emitidas debêntures simples no valor de R\$ 350.000, com prazo de 4 anos, e custo de CDI + 0,50% a.a. (o diferencial de custos entre a nova operação e as operações pagas antecipadamente absorverá o custo de pré-pagamento de cerca de R\$ 2.000, assegurando benefícios econômicos para a Companhia vide nota explicativa Nº 30 para os custos de pré-pagamento).
- Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia contratou uma operação na modalidade de 4131 com o banco BNP no montante de R\$ 300.000 devido à necessidade de capital de giro com vencimento em 17 de dezembro de 2020.

A seguir são apresentadas as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor contratado	Plano de Investimento	Desembolsado	Garantias
<b>Financiamentos</b>					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
Eletrobrás	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
<b>Empréstimos</b>					
Bônus de Desconto e Bônus ao Par	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	100%	Recebíveis e conta reserva
BB Agropecuário e Aditivo II	Capital de giro	300.000	-	100%	N/A
BNB II	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	260.906	2018/2019	77%	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
Enel Finance Internation N.V.	Capital de giro	300.000	-	100%	N/A
Nota Promissória -9ª emissão	Capital de giro	150.000	-	100%	N/A
Nota Promissória -10ª emissão	Capital de giro	200.000	-	100%	N/A
BNP 4131	Capital de giro	300.000	-	100%	N/A

\*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobrás e BNP a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2019:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

## BNDES

- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização.
- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários).

## Eletróbrás

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização.

## BNP 4131

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

•

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.12.2019						
2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
51.102	49.114	45.951	53.750	42.544	99.269	341.730

## Debêntures

	31.12.2019	31.12.2018	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª Série 5ª emissão	350.712	350.876	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	CDI+0,80% a.a.	Anual	350.000
2ª Série 5ª emissão	161.981	155.835	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	IPCA + 6,001% a.a.	Anual	150.000
1ª Série 6ª emissão	40.084	40.102	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	CDI+0,95% a.a.	Bullet	40.000
2ª Série 6ª emissão	286.906	277.416	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	IPCA + 6,20% a.a.	Anual	270.000
1ª Série 7ª emissão	355.632	-	07/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	CDI+0,5% a.a.	Anual	350.000
2ª Série 7ª emissão	319.328	-	07/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300.000
(-) Custo de transação	(14.056)	(11.088)						
Total de debêntures	1.500.587	813.141						
Circulante	18.610	1.761						
Não circulante	1.481.977	811.380						
	1.500.587	813.141						

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Em 31 de dezembro de 2019 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Segue disposta a movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2018	<b>1.761</b>	<b>811.380</b>	<b>813.141</b>
Atualização monetária	-	23.564	23.564
Captações	-	650.000	650.000
Encargos provisionados	81.964	-	81.964
Encargos pagos	(65.115)	-	(65.115)
Constituição custo de transação	-	(5.555)	(5.555)
Apropriação custo de transação	-	2.588	2.588
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>18.610</b>	<b>1.481.977</b>	<b>1.500.587</b>

Em 07 de março de 2019, a Companhia realizou a 7ª emissão de 650.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, totalizando R\$ 650.000, divididas em duas séries: 1ª série, de R\$ 350.000 e 2ª série de R\$ 300.000. O recurso foi utilizado para reperfilamento da dívida da Companhia, liquidando operações com custo mais alto (BNDES e 10ª emissão de Notas Promissórias) de forma a diminuir as despesas anuais e auxiliar na implementação do programa de investimentos da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

**1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)**

<b>Obrigações especiais financeiras</b>	<b>Limite</b>
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, reduzido do valor de caixa e equivalente de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

A curva de amortização das debêntures do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Após 2023</b>	<b>Total</b>
1ª Série 5ª emissão	175.000	175.000	-	-	350.000
2ª Série 5ª emissão	-	-	86.588	75.000	161.588
1ª Série 6ª emissão	-	-	40.000	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	-	286.188	286.188
1ª Série 7ª emissão	-	175.000	175.000	-	350.000
2ª Série 7ª emissão	-	-	-	308.257	308.257
(-) Custo de transação	(3.615)	(3.615)	(3.615)	(3.211)	(14.056)
<b>Total a amortizar</b>	<b>171.385</b>	<b>346.385</b>	<b>297.973</b>	<b>666.234</b>	<b>1.481.977</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**19. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)**

---

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

**a) Plano de Contribuição Definida (CD)**

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

**b) Plano de Benefício Definido (BD)**

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,40% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

**Os benefícios do plano compreendem:**

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

**c) Plano de assistência médica**

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:**

- ▶ Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- ▶ Aposentados Lei nº 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- ▶ Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria**

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 200.251 em 31 de dezembro de 2019.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2019 apresentaram um passivo total de R\$ 97.057 (R\$ 114.479 em 31 de dezembro de 2018) atestado por avaliação independente.

**e) Movimentações atuariais**

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	77.737	36.742	114.479
Custo do serviço corrente	188	125	-	1.211	1.524
Custos do serviço passado	-	-	-	(5.751)	(5.751)
Custo dos juros líquidos	(92)	(14)	6.869	2.198	8.961
Contribuições reais do empregador	(10.221)	(236)	(4.502)	(3.425)	(18.384)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	10.125	125	(6.807)	(7.215)	(3.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057
Circulante			-	2.284	2.284
Não Circulante			73.297	21.476	94.773

► **Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação**

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.195.169	1.133.948
Custo dos serviços correntes	1.525	2.044
Custos do serviço passado	(5.751)	-
Contribuição de participantes do plano	1.913	1.972
Custos dos juros	102.978	105.387
Benefícios pagos pelo plano	(89.683)	(93.665)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	158.488	45.483
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.364.639	1.195.169

► **Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos**

	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.163.874	1.191.046
Retorno esperado dos ativos do plano	101.965	113.146
Contribuições recebidas de participantes do plano	1.913	1.972
Contribuições recebidas do empregador	18.385	20.970
Benefícios pagos pelo plano	(89.683)	(93.665)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	271.379	(69.595)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.467.833	1.163.874

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

► **Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido**

	31.12.2019	31.12.2018
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	83.184	158.738
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	7.947	15.955
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	109.120	(91.509)
	<b>200.251</b>	<b>83.184</b>

► **Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial**

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	1.364.639	1.195.169
Valor justo dos ativos	(1.467.833)	(1.163.874)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(103.194)	31.295
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	200.251	83.184
(Ativo) passivo atuarial líquido	97.057	114.479
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	97.057	114.479
Circulante	2.284	2.377
Não Circulante	94.773	112.102

► **Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado**

	31.12.2019	31.12.2018
Custo do serviço corrente bruto	1.525	2.044
Custos do serviço passado	(5.751)	-
Custo do serviço líquido	(4.226)	2.044
Juros sobre a obrigação atuarial	102.979	105.387
Rendimento esperado dos ativos no ano	(101.965)	(113.146)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	7.947	15.955
Juros líquidos sobre o passivo	8.961	8.196
Total reconhecido na DRE	4.735	10.240

► **Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos**

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Renda fixa	1.219.811	83,10%	965.069	82,92%
Renda variável	80.714	5,50%	57.054	4,90%
Investimentos imobiliários	127.434	8,68%	99.397	8,54%
Outros	39.874	2,72%	42.354	3,64%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.467.833	100%	1.163.874	100%

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

► **Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	31.12.2019	31.12.2018
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	158.488	45.483
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(271.379)	69.595
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	109.119	(91.507)
Montante reconhecido no exercício em ORA	<b>(3.772)</b>	23.571

**Premissas biométricas adotadas**

► **As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:**

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,38%	6,44%	7,38%	6,34%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,38%	6,44%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

► **Despesa esperada para o exercício de 2020**

	2020
Custo do serviço corrente	1.354
Custos dos juros	6.228
<b>Total de despesas</b>	<b>7.582</b>

► **Análise de sensibilidade**

Taxa de Desconto	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto da obrigação do benefício definido	1.200.323	1.333.945	3.450	3.602	70.221	76.462	23.494	24.042
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>1.200.323</b>	<b>1.333.945</b>	<b>3.450</b>	<b>3.602</b>	<b>70.221</b>	<b>76.462</b>	<b>23.494</b>	<b>24.042</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

**20. Taxas Regulamentares**

	31.12.2019	31.12.2018
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 8) (a)	311.830	337.125
Encargos emergenciais	2.467	2.467
P&D e Eficiência Energética	87.637	78.823
Repasse - CCRBT	10.223	25.598
Outros	6.738	1.463
<b>Total</b>	<b>418.895</b>	<b>445.476</b>
Circulante	346.568	377.012
Não Circulante	72.327	68.464

Os valores apresentados no passivo não circulante, são exclusivamente programas de pesquisa e desenvolvimento e programas de eficiência energética.

**(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 8.

## 21. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2019				31.12.2018			Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2018
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	2.284	94.773	1.647	-	2.377	112.102	(4.735)	(10.240)	1.251
Agente de arrecadação e vendas em faturas	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a dezembro de 2019	119	-	-	-	109	-	-	1.456	1.062	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a dezembro de 2019	-	875	-	-	-	3.333	-	(2.999)	(11.592)	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	-	-	-	-	-	58	-	-	135	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	-	-	-	178	5	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil		-	-	-	-	-	213	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	-	-	-	-	23	-	-	-	80
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	-	-	-	-	23	-	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Distribuição Goiás - CELG D	Até o final da concessão	2.233	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		-	19.284	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	629	-	-	-	576	-	(7.328)	(7.503)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	-	-	-	-	-	-	(1.127.315)	(1.022.944)	-
	ENEL Green Power Paranapanema		-	77	-	-	-	85	-	(887)	(1.073)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	22	-	-	-	-	-	(250)	-	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	130	-	-	-	-	-	(666)	-	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	50	-	-	-	-	-	(446)	-	-
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(161)	-	-
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(322)	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL Green Power Salto Apiacás S.A.	Até o final da concessão	-	128	-	-	-	-	-	(1.099)	-	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	107	-	-	-	-	-	(946)	-	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	99	-	-	-	-	-	(877)	-	-
	ENEL CIEN S.A.		-	360	-	-	-	496	-	(3.429)	(3.899)	-
Consumo Próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	1	-	-	-	-	-	94	-	-	
Venda de energia excedente- MVE	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Dezembro de 2019 a Dezembro 2019	9.689	-	-	-	-	-	104.406	-	-	
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	61.219	-	-	-	53.910	-	-	-	
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Abril de 2028	-	491	-	-	-	-	-	(491)	-	
Mútuo (*)	ENEL Finance International N.V.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	-	-	300.627	-	(23.471)	(627)	
Compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.	ENEL SPA	Até o final da concessão	670	-	-	-	442	-	-	227	443	-
	CODENSA		-	71	-	-	-	-	-	(71)	-	-
	ENEL AMERICAS		-	53	-	-	-	-	-	(53)	-	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando	ENEL Global Infrastructure and Network	Até o final da concessão	-	1.845	-	-	-	-	-	(1.845)	-	-
	ENEL Itália		-	34	-	-	-	3.546	-	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO Nº 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL distribuição SPA	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	2.616	-	-	-	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		31	2.447	-	-	698	407	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		45	5.951	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		200	-	-	-	-	1.226	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		75	1.167	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	3.820	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		147	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		-	45	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Brasil S.A.	50	642	-	-	-	22.773	-	-	-	(12.148)	-	
			<b>13.260</b>	<b>102.729</b>	<b>94.773</b>	<b>1.647</b>	<b>1.427</b>	<b>392.293</b>	<b>112.102</b>	<b>(1.071.208)</b>	<b>(1.068.306)</b>	<b>1.251</b>
		(-) Benefícios pós-emprego	-	2.284	94.773	1.647	-	2.377	112.102	(4.735)	(10.240)	1.251
<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>			<b>13.260</b>	<b>100.445</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.427</b>	<b>389.916</b>	<b>-</b>	<b>(1.066.473)</b>	<b>(1.058.066)</b>	<b>-</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

A seguir são apresentados os detalhes dos mútuos que foram referenciados (\*):

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
<b>Empréstimos com partes relacionadas</b>						
Enel Finance International N.V.	-	-	-	627	300.000	-
<b>Total de Empréstimos com partes relacionadas</b>	-	-	-	627	300.000	-
	31.12.2019	31.12.2018				
<b>Efeito no resultados dos encargos</b>						
Enel Finance International N.V.	23.471	627				
<b>Total de efeito no resultados dos encargos</b>	23.471	627				

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	<b>Enel Finance International N.V.</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	300.627
Amortização	(300.000)
Encargos provisionados	23.471
Encargos pagos	(24.098)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>

**Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.585	6.034
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	107	188
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	(813)	402
<b>Total</b>	<b>4.879</b>	<b>6.624</b>

**22. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**Provisões com risco provável**

	31.12.2018	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2019
Trabalhistas	31.582	18.892	(16.627)	1.687	(5.168)	30.366
Cíveis	114.149	42.154	(41.629)	12.079	(14.018)	112.735
Regulatório	14.675	19.207	(20)	685	(2.606)	31.941
<b>Total</b>	<b>160.406</b>	<b>80.253</b>	<b>(58.276)</b>	<b>14.451</b>	<b>(21.792)</b>	<b>175.042</b>

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

**a) Riscos trabalhistas**

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

**b) Riscos cíveis**

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

**c) Riscos regulatórios**

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão e tem como base de cálculo para aplicação da multa o valor da receita Operacional Líquida – Rol correspondente aos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do Auto de infração – AI.

**Contingências passivas com risco possível**

A Companhia possui, basicamente, ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas possíveis estão assim representadas:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	56.763	81.538
Cíveis	1.150.107	996.567
Fiscais	634.960	584.575
Juizados especiais	3.439	3.483
<b>Total</b>	<b>1.845.269</b>	<b>1.666.163</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

- a) No âmbito fiscal estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 528.164 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 488.364 em 31 de dezembro de 2018);
- b) No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 46.358 e R\$ 4.519 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 44.657 e R\$ 4.328 em 31 de dezembro de 2018). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral e Caucaia envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. O valor atualizado desses autos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 7.580.
- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 34.338 em 31 de dezembro de 2018);
- d) No âmbito cível, refere-se à responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais, além disso, engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

**Depósitos vinculados a litígios**

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	18.921	15.920
Cíveis	24.975	21.394
Fiscais	3.652	4.043
<b>Total</b>	<b>47.548</b>	<b>41.357</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**23. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		<b>(881.602)</b>	<b>(561.748)</b>	<b>(1.443.350)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(15.950)	(5.692)	(21.642)
Participação Financeira do Consumidor		(306.849)	(101.087)	(407.936)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(167.682)	(59.851)	(227.533)
Pesquisa e Desenvolvimento		(21.149)	(5.102)	(26.251)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(298.873)	(106.676)	(405.549)
Outros		(71.099)	(283.340)	(354.439)
Excedente de reativos		(69.850)	(24.931)	(94.781)
Diferença das perdas regulatórias		3	-	3
Reavaliação Regulatória		-	(257.964)	(257.964)
Outros		(1.252)	(445)	(1.697)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>373.875</b>	<b>235.496</b>	<b>609.373</b>
Participação da União, Estados e Municípios	<b>3,84%</b>	12.790	2.430	15.220
Participação Financeira do Consumidor	<b>3,84%</b>	(22.633)	43.162	20.529
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	<b>3,84%</b>	133.765	25.555	159.320
Pesquisa e Desenvolvimento	<b>3,84%</b>	9.230	2.179	11.409
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	<b>3,84%</b>	206.304	45.547	251.851
Outros	<b>3,84%</b>	34.419	116.623	151.044
Excedente de reativos	<b>3,84%</b>	33.604	10.645	44.249
Reavaliação Regulatória	<b>0,00%</b>	-	105.787	105.787
Outros	<b>3,84%</b>	815	193	1.008
<b>Total</b>		<b>(507.727)</b>	<b>(326.252)</b>	<b>(833.977)</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Reavaliação (B)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Em serviço</b>	<b>(1.185.137)</b>	<b>(249)</b>	<b>(257.964)</b>	<b>(1.443.350)</b>	<b>(249)</b>	<b>(1.443.350)</b>	<b>(1.185.137)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(21.642)	-	-	(21.642)	-	(21.642)	(21.642)
Participação Financeira do Consumidor	(407.936)	-	-	(407.936)	-	(407.936)	(407.936)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(227.533)	-	-	(227.533)	-	(227.533)	(227.533)
Pesquisa e Desenvolvimento	(26.002)	(249)	-	(26.251)	(249)	(26.002)	(26.002)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(405.549)	-	-	(405.549)	-	(405.549)	(405.549)
Outros	(96.475)	-	(257.964)	(354.439)	-	(354.439)	(96.475)
Excedente de reativos	(94.781)	-	-	(94.781)	-	(94.781)	(94.781)
Diferença das perdas regulatórias	3	-	-	3	-	3	3
Reavaliação Regulatória	-	-	(257.964)	(257.964)	-	(257.964)	-
Outros	(1.697)	-	-	(1.697)	-	(1.697)	(1.697)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>462.091</b>	<b>33.898</b>	<b>113.384</b>	<b>609.373</b>	<b>33.898</b>	<b>609.373</b>	<b>462.091</b>
Participação da União, Estados e Municípios	14.465	613	142	15.220	613	15.220	14.465
Participação Financeira do Consumidor	6.199	11.802	2.528	20.529	11.802	20.529	6.199
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	151.374	6.449	1.497	159.320	6.449	159.320	151.374
Pesquisa e Desenvolvimento	10.477	804	128	11.409	804	11.409	10.477
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	237.689	11.495	2.667	251.851	11.495	251.851	237.689
Outros	41.887	2.735	106.422	151.044	2.735	151.044	41.887
Excedente de reativos	40.938	2.688	623	44.249	2.688	44.249	40.938
Reavaliação Regulatória	-	-	105.787	105.787	-	105.787	-
Outros	949	48	11	1.008	48	1.008	949
<b>Em curso</b>	<b>(249.004)</b>	<b>(17.395)</b>	<b>-</b>	<b>(255.834)</b>	<b>(17.395)</b>	<b>(255.834)</b>	<b>(249.004)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(1.558)	-	-	(1,558)	-	(1,558)	(1,558)
Participação Financeira do Consumidor	(33,176)	(14,295)	-	(47,471)	(14,295)	(47,471)	(33,176)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(109,361)	-	-	(109,361)	-	(109,361)	(109,361)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(952)	-	-	(952)	-	(952)	(952)
Valores Pendentes de Recebimento	(93,392)	(3,100)	-	(96,492)	(3,100)	(96,492)	(93,392)
Outros	(10,565)	-	-	-	-	-	(10,565)
Diferença das perdas regulatórias	(10,565)	-	10,565	-	-	-	(10,565)
<b>Total</b>	<b>(972.050)</b>	<b>16.254</b>	<b>(144.580)</b>	<b>(1.089.811)</b>	<b>16.254</b>	<b>(1.089.811)</b>	<b>(972.050)</b>

## 24. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	31.12.2019	31.12.2018
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	<b>48.067.937</b>	48.067.937
Ações Preferenciais A	<b>28.252.700</b>	28.252.700
Ações Preferenciais B	<b>1.534.662</b>	1.534.662
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>	<b>77.855.299</b>

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.687.600	5,97%	-	0,00%	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Una Capital Ltda.	-	0,00%	1.439.776	5,10%	-	0,00%	1.439.776	4,83%	1.439.776	1,85%
Fundos e Clubes de Investimento	-	0,00%	8.190.416	28,99%	-	0,00%	8.190.416	27,50%	8.190.416	10,52%
Fundo de Pensão - FAELCE	919.403	1,91%	25.655	0,09%	-	0,00%	25.655	0,09%	945.058	1,21%
Outros	84.289	0,18%	2.353.491	8,33%	3.097	0,20%	2.356.588	7,90%	2.440.877	3,15%
<b>Total de Ações</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.534.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,00%</b>

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva de remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	31.160	31.160
Reserva de incentivo fiscal - ADENE	106.323	106.323
Reserva especial de ágio	221.188	221.188
	<u>358.671</u>	<u>358.671</u>

(i) Reserva de incentivo fiscal - ADENE

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

(ii) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 14.

c) Reservas de lucros

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva legal	48.845	48.845
Reserva de reforço de capital de giro	650.377	593.355
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	888.885	814.613
	<u>1.588.107</u>	<u>1.456.813</u>

(i) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

(ii) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

(iii) Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o benefício apurado foi de R\$ 74.272 (31 de dezembro de 2018 R\$ 73.348).

O processo de modernização foi comprovado perante a SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE, que se refere a modernização Total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto – lei nº 1.598/77.

d) Reserva de reavaliação regulatória

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o VNR do ativo imobilizado e intangível em serviço, ajustado pela respectiva depreciação e amortização acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, de acordo com a natureza do saldo de cada conta.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Desta forma, o quadro abaixo demonstra a destinação dos exercícios de 2019 e 2018 baseada no resultado societário:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro do exercício	404.905	364.520
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(74.272)	(73.348)
(+) Reversão de dividendos prescritos	52	30
Lucro ajustado	330.685	291.202
Dividendo mínimo obrigatório	(82.671)	(72.801)
Dividendo adicional proposto	(82.671)	(72.801)
	165.343	145.600
Adoção inicial IFRS 9	-	4.330
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	2.489	(15.557)
Reserva reforço de capital de giro	167.832	134.373

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018: Em 29 de abril de 2019, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia aprovou a capitalização parcial do Saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$ 67.200 sem a emissão de novas ações bem como a distribuição de dividendos adicionais decorrente do resultado de 2018 no montante de R\$ 72.801.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos, conforme composição abaixo.

	31.12.2019	31.12.2018
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	(517)	337
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos	176	(115)
Total	<b>(341)</b>	<b>222</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**25. Receita líquida**

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		31.12.2019	31.12.2018
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018		
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>3.673.806</b>	<b>3.540.270</b>	<b>10.029</b>	<b>9.801</b>	<b>6.078.751</b>	<b>5.564.635</b>
Residencial	2.834.450	2.788.944	4.599	4.372	2.790.997	2.730.332
Industrial	6.522	5.465	660	703	581.011	451.954
Comercial	190.950	167.632	1.948	1.932	1.370.192	1.234.455
Rural	595.657	530.022	1.221	1.240	506.379	399.748
Poder público	31.266	33.804	656	659	397.711	372.244
Iluminação pública	11.064	10.669	607	569	258.129	208.103
Serviço público	3.895	3.732	327	315	173.672	167.331
Suprimento e revenda	2	2	11	11	660	468
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>211.437</b>	<b>207.649</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>339</b>	<b>268</b>	<b>2.182</b>	<b>1.999</b>	<b>235.744</b>	<b>279.722</b>
Consumidores Livres	339	268	2.182	1.999	235.744	279.722
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(45.357)	42.116
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(134.173)	53.757
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	66.931	(45.398)
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	129.877	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	119.103	91.679
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido - Bandeira	-	-	-	-	54.107	11.245
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	190.385	210.102
Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	262.949	250.483
<b>Total</b>	<b>3.674.145</b>	<b>3.540.538</b>	<b>12.211</b>	<b>11.800</b>	<b>7.169.754</b>	<b>6.665.990</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**26. Pessoal e administradores**

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Despesa de pessoal</b>		
Remuneração	(111.581)	(107.140)
Encargos sociais	(42.116)	(38.087)
Provisão de férias	(18.456)	(16.806)
Plano de saúde	(11.366)	(9.997)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(20.369)	(17.342)
Participação nos resultados	(10.640)	(17.383)
Previdência privada	(3.043)	(8.893)
Outros	(151)	80
(-) Transferência para ativo imobilizado e intangível	54.279	48.551
<b>Total</b>	<b>(163.443)</b>	<b>(167.017)</b>

**27. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

	31.12.2019		31.12.2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	399.604	399.604	319.445	319.445
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<b>(99.877)</b>	<b>(35.964)</b>	<b>(79.838)</b>	<b>(28.750)</b>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	74.272	-	73.348	-
Participações executivos e empregados indedutíveis	(10)	(4)	(441)	(159)
Doações	(29)	(10)	(22)	(8)
Outras despesas indedutíveis	1.216	(184)	(6.578)	(894)
Baixa de Saldo Negativo de Períodos Anteriores	(723)	(260)	(75)	(2.472)
Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente de Reativos - ER	6.029	1.244	-	-
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	8.297	2.987	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(10.825)</b>	<b>(32.191)</b>	<b>(13.606)</b>	<b>(32.283)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(98.681)	(38.485)	(89.139)	(32.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.616	5.262	1.889	741
Incentivo fiscal	74.272	-	73.348	-
<b>Total</b>	<b>(9.793)</b>	<b>(33.223)</b>	<b>(13.902)</b>	<b>(31.987)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>2,45%</b>	<b>8,31%</b>	<b>4,35%</b>	<b>10,01%</b>

A seguir a composição dos tributos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Plano de pensão	61.114	62.397
Provisão para ações judiciais e regulatórias	59.514	54.538
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.417	36.334
Provisão de desativação	3.409	3.409
Instrumentos financeiros derivativos	742	-
Outros	20.389	8.147
	<b>183.585</b>	<b>164.825</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Swap	-	115
Diferido perdas de bens	1.531	-
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	204.400	87.987
	<b>205.931</b>	<b>88.102</b>
	<b>(22.346)</b>	<b>76.723</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**28. Custos/despesas operacionais**

	31.12.2019					31.12.2018				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(115.010)	-	(48.433)	-	(163.443)	(120.066)	-	(46.951)	-	(167.017)
Material	(17.040)	-	(1.021)	-	(18.061)	(16.990)	-	(474)	-	(17.464)
Serviços de terceiros	(314.236)	(1.549)	(54.411)	-	(370.196)	(293.473)	(1.756)	(49.262)	-	(344.491)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.875.370)	-	-	-	(2.875.370)	(2.599.577)	-	-	-	(2.599.577)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(281.557)	-	-	-	(281.557)	(278.178)	-	-	-	(278.178)
Depreciação e amortização	(247.857)	-	(14.052)	-	(261.909)	(219.992)	-	(13.138)	-	(233.130)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	(31.883)	-	-	(31.883)	-	(79.108)	-	-	(79.108)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(22.301)	-	(22.301)	-	-	5.342	-	5.342
Outras despesas operacionais	(93.160)	-	(13.723)	(6.017)	(112.900)	(80.554)	-	(27.589)	(5.318)	(113.461)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.944.230)</b>	<b>(33.432)</b>	<b>(153.941)</b>	<b>(6.017)</b>	<b>(4.137.620)</b>	<b>(3.608.830)</b>	<b>(80.864)</b>	<b>(132.072)</b>	<b>(5.318)</b>	<b>(3.827.084)</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**29. Resultado financeiro**

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	13.145	4.997
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	35.809	32.385
Multa por impontualidade de clientes	34.171	47.285
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	-	14.865
Variação monetária	1.497	1.979
Variação cambial de dívida	13.819	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	5.267	26.865
Juros fundo de pensão	106	152
Outras receitas financeiras	6.132	15.916
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.430)	(3.740)
<b>Subtotal</b>	<b>108.516</b>	<b>140.704</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária de dívidas	(34.535)	(21.664)
Variação cambial de dívidas	(1.248)	-
Variação monetária	(3.178)	(9.728)
Encargos de dívidas	(129.593)	(102.004)
Encargos fundo de pensão	(9.067)	(8.348)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(3.057)	-
Atualização de Provisão para processos judiciais e outros	(14.451)	(26.903)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(13.029)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(1.669)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(6.586)	(29.691)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.252	18.665
Atualizações de impostos	(13.760)	(8.233)
Atualização P&D/PEE	(1.506)	(771)
IOF/IOC	(192)	(2.124)
Apropriação custo de transação	(2.588)	(1.403)
Comissão de fiança e seguro garantia	(6.554)	(6.885)
Custos pré-pagamento - BNDES	(2.347)	-
Outras despesas financeiras	(13.800)	(22.113)
<b>Subtotal</b>	<b>(246.908)</b>	<b>(221.202)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(138.392)</b>	<b>(80.498)</b>

**30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**

**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

**Fatores de risco**

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

**a) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	91.605	95.835
Títulos e valores mobiliários	77.033	67.980
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(15.399)	86
Consumidores e outras contas a receber	1.300.311	945.625
Ativos financeiros setoriais	73.540	194.556
	<u>1.527.090</u>	<u>1.304.082</u>

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2019, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificações de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2019	31.12.2018
AA-	(15.399)	86
<b>Total geral</b>	<u>(15.399)</u>	<u>86</u>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

<b>Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
AAA	<b>131.828</b>	114.790
AA+	-	36.294
Banco Central do Brasil	-	356
Numerário em trânsito	<b>36.810</b>	12.375
<b>Total geral</b>	<b>168.638</b>	163.815

**b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**c) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2019, com a contratação de uma nova dívida na modalidade 4131 em dólar, a Companhia realizou uma operação de hedge para a proteção total da operação.

	<b>31.12.2019</b>
<b>Passivos em Moeda Estrangeira</b>	
Empréstimos e Financiamento	<b>298.598</b>
Exposição Patrimonial	<b>298.598</b>
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	<b>(285.090)</b>
Exposição Cambial Total	<b>13.508</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

**d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 98% da dívida total indexada a taxas variáveis ou flutuantes, sendo que 1% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos do BNDES. Com a baixa do CDI no final do exercício de 2017, a Companhia realizou operações de hedge fixando as operações atreladas ao indexador de forma a garantir um custo fixo, sem estar exposto a possíveis variações do mercado, até 31 de dezembro de 2019 as operações foram liquidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Selic	4.502	3,42%	170	0%
CDI	124.247	94,25%	131.646	100%
Pré-Fixado	3.078	2,33%	34	0%
<b>Total</b>	<b>131.827</b>	<b>100%</b>	<b>131.850</b>	<b>100%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Derivativos e Arrendamentos	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Taxa fixa	34.582	1,56%	477.199	25,27%
TJLP	13.767	0,62%	94.103	4,98%
Selic	-	0,00%	64.887	3,44%
CDI	1.046.917	47,35%	550.316	29,14%
IPCA	1.110.959	50,25%	697.311	36,93%
Libor	4.635	0,21%	4.455	0,24%
<b>Total</b>	<b>2.210.860</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.888.271</b>	<b>100%</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

**e) Risco de liquidez**

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, incluindo committed credit lines e uncommitted credit lines, através de contratos firmados, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 180.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 700.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados na Nota 18 deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 24).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2019 é de 40% (38% em 2018), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

	31.12.2019	31.12.2018
Dívida Financeira e Arrendamentos	2.210.860	1.888.271
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(168.638)	(163.815)
Dívida líquida (a)	2.042.222	1.724.456
Patrimônio líquido (b)	3.114.051	2.862.640
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	40%	38%

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	956	1.903	463.437	29.163	-	495.459
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	5.006	4.673	41.082	191.984	146.254	388.999
Debêntures	-	23.118	55.959	1.569.102	144.195	1.792.374
Obrigações por arrendamentos	749	1.461	5.575	3.179	62	11.026
<b>Total</b>	<b>6.711</b>	<b>31.155</b>	<b>566.053</b>	<b>1.793.428</b>	<b>290.511</b>	<b>2.687.858</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019			
"Swaps" (pagamentos)	40.181	2.082	42.263
<b>Total</b>	<b>40.181</b>	<b>2.082</b>	<b>42.263</b>

**Valorização dos instrumentos financeiros**

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31.12.2019		31.12.2018		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa						
Valor justo por meio de resultado	2	91.605	91.605	95.835	95.835	
Títulos e valores mobiliários						
Valor justo por meio de resultado	2	77.033	77.033	67.980	67.980	
Cauções e depósitos						
Custo amortizado	2	23.963	23.963	38.564	38.564	
Consumidores e outras contas a receber						
Custo amortizado	2	1.300.311	1.300.311	945.625	945.625	
Ativos financeiros setoriais						
Custo amortizado	2	380.606	380.606	384.098	384.098	
Instrumentos financeiros derivativos - swap						
Valor justo por meio de resultado	2	-	-	337	337	
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional						
Custo amortizado	2	385.250	331.077	1.064.342	668.978	
Debêntures em moeda nacional						
Custo amortizado	2	1.500.587	1.514.643	813.141	993.243	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira						
Custo amortizado	2	298.598	300.844	10.874	10.874	
Instrumentos financeiros derivativos - Swap						
Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	13.730	13.730	251	251	
Instrumentos financeiros derivativos - Swap						
Valor justo por meio de resultado	2	1.669	1.669	-	-	
Passivos financeiros setoriais						
Custo amortizado	2	307.066	307.066	189.542	189.542	
Fornecedores						
Custo amortizado	2	867.212	867.212	702.597	702.597	

As aplicações financeiras registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

**Valor justo hierárquico**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

**Instrumento financeiro derivativo**

Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar, com a contratação da operação na modalidade de 4131 com o banco BNP em 17 de dezembro de 2019 (representando 13% do total da dívida), a Companhia realizou uma operação de hedge por meio de contrato de SWAP, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread.

A Companhia também realizou em 17 de dezembro de 2019 a contratação de uma nova dívida na modalidade 4131 com o banco Scotiabank no montante de R\$ 150.000, porém com desembolso previsto e já realizado em 07 de janeiro de 2020. Assim, com a finalidade de evitar riscos com variações cambiais, foi contratado na mesma data uma operação de hedge por meio de contrato de SWAP, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread. Conforme descrito em contrato o SWAP não teve valor contábil até 31 de dezembro de 2019, somente o valor de ajuste a mercado está registrado nas demonstrações de resultados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem registrado em seu balanço um resultado acumulado negativo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 15.399 (resultado positivo de R\$ 86 em 31 de dezembro de 2018), e possui reconhecido o saldo negativo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$ 563 (saldo negativo no montante de R\$ 796 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação é apresentada a seguir:

	<b>Derivativos</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>86</b>
Efeito no resultado financeiro	<b>(14.348)</b>
Marcação a mercado no resultado	<b>(1.669)</b>
Marcação a mercado no patrimônio líquido	<b>(853)</b>
Pagamentos	<b>1.385</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(15.399)</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2019 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Valor de referência (Notional) BRL
Swap DI x Fixo 11.12.17 Santander	-	-	150.000
Swap DI x Fixo 11.12.17 Itaú	-	-	50.000
Swap USD fixo x DI 17.12.19 BNP	(13.213)	(13.730)	300.000
Swap USD fixo x DI 17.12.19 Scotiabank	-	(1.669)	150.000
<b>Total</b>	<b>(13.213)</b>	<b>(15.399)</b>	<b>650.000</b>

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 (antiga BM&F) na posição de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia contratado dois contratos de swaps, sendo USD + spread para CDI + spread a fim de diminuir a exposição a variação cambial, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31.12.2019	31.12.2018
SANTANDER (Brasil) S.A	11/12/2017	07/11/2019	107% do CDI	-	117
ITAÚ S.A.	20/03/2014	20/03/2019	112% do CDI	-	(31)
BNP	17/12/2019	17/12/2020	CDI + 0,26% aa	(13.730)	-
Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	(1.669)	-

O Swap com o BNP, no montante de (R\$ 13.730) é classificado como *cash flow hedge*, enquanto o swap com o Scotiabank no montante de (R\$ 1.669) é marcado a mercado por meio do resultado até o desembolso da dívida relacionada que ocorreu em 07 de janeiro de 2020

**Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Ativo	Risco	Base	Cenários projetados - Dez.2021		
		31.12.2019	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	4.502	194	146	97
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	124.247	5.355	4.016	2.678
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	3.078	133	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(300.490)	(19.468)	(23.972)	(28.433)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	285.090	22.598	116.013	193.639
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(25.711)	(12.289)	(12.289)	(12.289)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(293.962)	(23.307)	(118.724)	(198.014)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(13.769)	(495)	(570)	(644)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(746.427)	(37.157)	(45.014)	(52.797)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.110.957)	(69.445)	(74.685)	(79.901)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(4.634)	(264)	(1.334)	(2.227)
			(134.145)	(156.413)	(177.892)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Vide abaixo análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F) com data base em 30 de dezembro de 2019. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131	15.091	74.686	59.595	124.207	109.116
SWAP BNP 4131 PA	(15.064)	(74.552)	(59.488)	(123.985)	(108.921)
SWAP BNP 4131 PP	12.559	15.449	2.890	18.311	5.752
Scotiabank 4131	7.618	41.923	34.305	70.429	62.811
SWAP Scotiabank 4131 PA	(7.534)	(41.461)	(33.927)	(69.654)	(62.120)
SWAP Scotiabank 4131 PP	6.909	8.523	1.614	10.122	3.213
<b>Total</b>	<b>19.579</b>	<b>24.568</b>	<b>4.989</b>	<b>29.430</b>	<b>9.851</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar e CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

### 31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$3.073.484 em 2020, R\$3.233.649 em 2021, R\$3.365.821 em 2022, R\$3.556.924 em 2023 e R\$50.141.391 após 2023.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que foram homologados pela ANEEL.

### 32. Participação nos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 10.640 e R\$ 17.383 respectivamente.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**33. Cobertura de seguros**

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 1.091.261	R\$ 4.441.236
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642

**34. Reajuste tarifário anual**

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 16 de abril de 2019, deliberou sobre a Revisão Tarifária de 2019 da Companhia, aplicada nas tarifas a partir de 22 de abril de 2019. Foi aprovado um reposicionamento de +8,22% composto por (i) reposição econômica de +5,41%, sendo 1,20% de Parcela A e 4,21% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +5,77%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de -2,96%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +8,22%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária 2019	%
Encargos Setoriais	-3,48%
Energia Comprada	5,45%
Encargos de Transmissão	-0,77%
<b>Parcela A</b>	<b>1,20%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>4,21%</b>
<b>Reposição Econômica</b>	<b>5,41%</b>
CVA Total	6,20%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-0,43%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>5,77%</b>
<b>Índice de Reposicionamento Total</b>	<b>11,18%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-2,96%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>8,22%</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após a Revisão Tarifária, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em 1,72%, representando 1,20% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais – redução de 23,60%, representando -3,48% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Conta ACR (“CDE Conta ACR”) devido à quitação antecipada de seu pagamento;
  - Energia comprada – aumento de 11,43%, decorrente principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013) e do aumento do preço do contrato bilateral com a CGTF (Central Geradora Termelétrica Fortaleza). O aumento do custo da compra de energia representa 5,45% no reposicionamento econômico; e
  - Encargos de transmissão – redução de -10,75% decorrente principalmente da redução da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando -0,77% no reposicionamento econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reposicionada em 13,87%, representando uma participação de 4,21% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- Custos Operacionais: aumento de 1,43% em relação à tarifa anterior, representando um efeito médio de 0,21% no reposicionamento econômico, em função da menor cobertura de custos operacionais presentes nas tarifas do que o limite inferior definido pelo método de comparação entre as distribuidoras;
  - Remuneração do Capital: variação de 32,24% em relação à tarifa anterior, representando um efeito médio de 2,83% no reposicionamento econômico, em virtude do aumento da Base de Remuneração Líquida;
  - Quota de Reintegração Regulatória: variação de 33,42% em relação à tarifa anterior, representando um efeito médio de 1,51% no reposicionamento econômico, em virtude do aumento da Base de Remuneração Bruta e da taxa média de depreciação;
  - Anuidades: variação de 19,58% em relação aos valores anteriormente contidos nas tarifas, com impacto de 0,37% na revisão. Esse resultado proveio da revisão dos parâmetros regulatórios adotados para o cálculo das anuidades no atual ciclo e da atualização da Base de Remuneração Regulatória;
  - Receitas Irrecuperáveis: aumento de 11,00% em relação à tarifa anterior, com impacto de 0,14% nas tarifas, decorrente da revisão dos percentuais regulatórios de inadimplência que são admitidos para a Enel CE e da atualização da base de cálculo sobre a qual é apurada a cobertura das receitas irrecuperáveis;
  - Outras Receitas e Receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos: variação de 90,95%, com efeito de -0,85% nas tarifas econômicas, devido a consideração neste ciclo da devolução das Receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos.
- (iii) **Fator X:** aplicado o valor de 1,14%, sendo composto por:
- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,17%, a ser considerado nos reajustes subsequentes; e
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,03%.
- Adicionalmente, foi definida a Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

- (iv) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante de R\$ 274.639, dentre os quais destaca-se: R\$ 294.801 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$19.964, Sobrecontratação de R\$ 65.425 negativo e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 98.558.

O reposicionamento tarifário médio de +8,22% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 7,87% e 8,35% para alta e baixa tensão, respectivamente.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**35. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário**

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme comentado na Nota 4, com as informações regulatórias.

	31.12.2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	91.605	-	91.605	95.835	-	95.835
Títulos e valores mobiliários	77.033	-	77.033	67.980	-	67.980
Consumidores e outras contas a receber	1.267.726	5.891	1.273.617	962.351	(29.017)	933.334
Ativo financeiro setorial	61.272	235.158	296.430	201.567	90.103	291.670
Subvenção CDE - desconto tarifário	324.760	-	324.760	349.452	-	349.452
Tributos a compensar	186.068	-	186.068	78.995	-	78.995
Serviço em curso	43.583	-	43.583	20.789	-	20.789
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	337	-	337
Outros créditos	107.681	10.397	118.078	104.050	-	104.050
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.159.728</b>	<b>251.446</b>	<b>2.411.174</b>	<b>1.881.356</b>	<b>61.086</b>	<b>1.942.442</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Consumidores e outras contas a receber	26.694	-	26.694	12.291	-	12.291
Ativo financeiro setorial	12.268	71.908	84.176	-	92.428	92.428
Depósitos vinculados a litígios	47.548	-	47.548	41.357	-	41.357
Cauções e depósitos	23.963	-	23.963	38.564	-	38.564
Serviço em curso	28.060	-	28.060	42.072	-	42.072
Tributos a compensar	1.425.147	-	1.425.147	79.988	-	79.988
Tributos diferidos	35.038	148.547	183.585	48.029	116.796	164.825
Benefício fiscal	30.686	(30.686)	-	36.331	(36.331)	-
Outros créditos	-	-	-	194	-	194
Ativo indenizável (concessão)	2.372.127	(2.372.127)	-	1.888.440	(1.888.440)	-
Imobilizado	51.368	5.857.245	5.908.613	46.492	4.983.099	5.029.591
Intangível	1.931.022	(1.732.555)	198.467	2.014.986	(1.849.816)	165.170
Investimentos	-	5.614	5.614	-	5.738	5.738
Ativos contratuais	521.057	(521.057)	-	360.061	(360.061)	-
Bens e atividades não vinculadas a concessão do serviço público	-	30.687	30.687	-	36.331	36.331
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.504.978</b>	<b>1.457.576</b>	<b>7.962.554</b>	<b>4.608.805</b>	<b>1.099.744</b>	<b>5.708.549</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.664.706</b>	<b>1.709.022</b>	<b>10.373.728</b>	<b>6.490.161</b>	<b>1.160.830</b>	<b>7.650.991</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	31.12.2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	866.723	489	867.212	702.597	-	702.597
Empréstimos, financiamentos e debêntures	360.728	-	360.728	675.734	-	675.734
Obrigações por arrendamentos	7.784	(7.784)	-	-	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	42.489	-	42.489	53.088	-	53.088
Obrigações fiscais	185.920	-	185.920	128.901	-	128.901
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	102.703	-	102.703	-	-	-
Dividendos a pagar	83.283	-	83.283	73.357	-	73.357
Taxas regulamentares	341.208	5.360	346.568	377.012	-	377.012
Benefícios pós-emprego	2.284	-	2.284	2.377	-	2.377
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15.399	-	15.399	251	-	251
Outras obrigações	41.175	-	41.175	45.113	-	45.113
Passivos financeiros setoriais	-	235.158	235.158	-	90.104	90.104
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.049.696</b>	<b>233.223</b>	<b>2.282.919</b>	<b>2.058.430</b>	<b>90.104</b>	<b>2.148.534</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.823.707	-	1.823.707	1.212.623	-	1.212.623
Obrigações por arrendamentos	3.242	(3.242)	-	-	-	-
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	1.318.164	-	1.318.164	-	-	-
Obrigações fiscais	5.798	-	5.798	8.197	-	8.197
Taxas regulamentares	72.327	-	72.327	68.464	-	68.464
Benefícios pós-emprego	94.773	-	94.773	112.102	-	112.102
Provisão para processos judiciais e outros	175.042	-	175.042	160.406	-	160.406
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	1.089.811	1.089.811	-	972.050	972.050
Outras obrigações	7.906	-	7.906	289	-	289
Tributos diferidos	-	205.931	205.931	-	88.102	88.102
Passivos financeiros setoriais	-	71.908	71.908	7.010	92.428	99.438
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.500.959</b>	<b>1.364.408</b>	<b>4.865.367</b>	<b>1.569.091</b>	<b>1.152.580</b>	<b>2.721.671</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social	808.246	-	808.246	741.046	-	741.046
Reservas de capital	358.671	-	358.671	358.671	-	358.671
Reservas de lucros	1.864.804	(233.087)	1.631.717	1.689.900	(233.087)	1.456.813
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	(341)	-	(341)	222	-	222
Reserva de reavaliação regulatória	-	377.215	377.215	-	151.233	151.233
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	82.671	-	82.671	72.801	-	72.801
Prejuízos acumulados	-	(32.737)	(32.737)	-	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.114.051</b>	<b>111.391</b>	<b>3.225.442</b>	<b>2.862.640</b>	<b>(81.854)</b>	<b>2.780.786</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.664.706</b>	<b>1.709.022</b>	<b>10.373.728</b>	<b>6.490.161</b>	<b>1.160.830</b>	<b>7.650.991</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	31.12.2019			31.12.2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b><u>Receita / ingresso</u></b>						
Fornecimento de energia elétrica	6.141.806	148.382	6.290.188	5.561.762	210.522	5.772.284
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(25.298)	25.298	-	(7.887)	7.887	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	235.744	-	235.744	279.722	-	279.722
Venda de Energia Excedente - MVE	129.877	-	129.877	-	-	-
Outras receitas	566.431	60.113	626.544	675.235	(111.725)	563.510
Ativos e passivos financeiros setoriais	56.805	(169.404)	(112.599)	61.725	(11.250)	50.475
Receita de construção	732.765	(732.765)	-	885.970	(885.970)	-
	<b>7.838.130</b>	<b>(668.376)</b>	<b>7.169.754</b>	<b>7.456.527</b>	<b>(790.536)</b>	<b>6.665.991</b>
<b><u>Deduções da receita bruta</u></b>						
Tributos e encargos						
ICMS	(1.533.083)	-	(1.533.083)	(1.382.420)	-	(1.382.420)
PIS-PASEP	(103.401)	-	(103.401)	(109.157)	-	(109.157)
Cofins	(476.269)	-	(476.269)	(502.785)	-	(502.785)
ISS	(3.294)	-	(3.294)	(1.542)	-	(1.542)
<b><u>Encargos - Parcela "A"</u></b>						
Programa de eficiência energética - PEE	(22.861)	-	(22.861)	(20.583)	-	(20.583)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(293.252)	-	(293.252)	(398.235)	-	(398.235)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(22.861)	-	(22.861)	12.287	-	12.287
Taxa de fiscalização	(6.033)	-	(6.033)	(5.644)	-	(5.644)
Outros encargos	-	(33.084)	(33.084)	53.797	(84.681)	(30.885)
	<b>(2.461.054)</b>	<b>(33.084)</b>	<b>(2.494.137)</b>	<b>(2.354.283)</b>	<b>(84.681)</b>	<b>(2.438.964)</b>
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>	<b>5.377.076</b>	<b>(701.460)</b>	<b>4.675.617</b>	<b>5.102.244</b>	<b>(875.217)</b>	<b>4.227.027</b>
<b><u>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</u></b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(2.875.370)	-	(2.875.370)	(2.599.577)	-	(2.599.577)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(281.557)	-	(281.557)	(278.178)	-	(278.178)
	<b>(3.156.927)</b>	<b>-</b>	<b>(3.156.927)</b>	<b>(2.877.755)</b>	<b>-</b>	<b>(2.877.755)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>2.220.149</b>	<b>(701.460)</b>	<b>1.518.690</b>	<b>2.224.489</b>	<b>(875.217)</b>	<b>1.349.272</b>

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	31.12.2019			31.12.2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>2.220.149</b>	<b>(701.460)</b>	<b>1.518.690</b>	<b>2.224.489</b>	<b>(875.217)</b>	<b>1.349.272</b>
<b><u>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</u></b>						
Pessoal e administradores	(163.443)	-	(163.443)	(167.017)	-	(167.017)
Serviços de terceiros	(370.196)	-	(370.196)	(344.491)	-	(344.491)
Material	(18.061)	-	(18.061)	(17.464)	-	(17.464)
Arrendamentos e aluguéis	(5.738)	(7.221)	(12.959)	(15.260)	-	(15.260)
Seguros	(3.950)	-	(3.950)	(2.410)	-	(2.410)
Doações, contribuições e subvenções	(1.835)	-	(1.835)	(1.550)	-	(1.550)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(71.828)	39.945	(31.883)	(56.649)	(22.459)	(79.108)
Provisão para processos judiciais e outros	(22.301)	-	(22.301)	5.342	-	5.342
Tributos	(1.503)	-	(1.503)	(1.260)	-	(1.260)
Depreciação e amortização	(250.350)	(11.559)	(261.909)	(205.029)	(28.101)	(233.130)
Outros despesas operacionais	(54.499)	(38.154)	(92.654)	(65.028)	(27.953)	(92.981)
Receita de multa por imp pontualidade de clientes	34.171	(34.171)	-	47.285	(47.285)	-
Outras receitas operacionais	6.007	(6.007)	-	2.865	(2.865)	-
Custo de construção	(732.765)	732.765	-	(885.970)	885.970	-
	<b>(1.656.291)</b>	<b>675.598</b>	<b>(980.694)</b>	<b>(1.706.636)</b>	<b>757.307</b>	<b>(949.329)</b>
<b>Resultado da atividade</b>	<b>563.858</b>	<b>(25.862)</b>	<b>537.996</b>	<b>517.853</b>	<b>(117.910)</b>	<b>399.943</b>
<b><u>Resultado financeiro</u></b>						
Receitas financeiras	170.413	(61.897)	108.516	152.901	(12.197)	140.704
Despesas financeiras	(242.344)	(4.564)	(246.908)	(216.444)	(4.758)	(221.202)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>491.927</b>	<b>(92.323)</b>	<b>399.604</b>	<b>454.310</b>	<b>(134.865)</b>	<b>319.445</b>
Imposto de renda	(43.644)	33.851	(9.793)	(46.182)	32.280	(13.902)
Contribuição social	(43.378)	10.155	(33.223)	(43.608)	11.621	(31.987)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>404.905</b>	<b>(48.317)</b>	<b>356.588</b>	<b>364.520</b>	<b>(90.964)</b>	<b>273.556</b>
<b>Lucro por ação originado das operações</b>	<b>5,2007</b>		<b>4,5801</b>	<b>4,6820</b>		<b>3,5136</b>
<b><u>Básico - lucro de operações</u></b>						
Atribuíveis a acionistas controladores	3,8512		3,3916	3,4671		2,6019
Detentores de ações ordinárias	3,2109		2,8278	2,8907		2,1693
Detentores de ações preferencias - Classe A	1,8873		1,6621	1,6990		1,2751
Detentores de ações preferencias - Classe B	0,1025		0,0903	0,0923		0,0693
<b><u>Diluído - lucro de operações</u></b>						
<b><u>Atribuíveis a acionistas controladores</u></b>	<b>3,8512</b>		<b>3,3916</b>	<b>3,4671</b>		<b>2,6019</b>
Detentores de ações ordinárias	3,2109		2,8278	2,8907		2,1693
Detentores de ações preferencias - Classe A	1,8873		1,6621	1,6990		1,2751
Detentores de ações preferencias - Classe B	0,1025		0,0903	0,0923		0,0693

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados no quadro acima:

**34.1. Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa**

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, enquanto que para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

**34.2. Ativos e passivos regulatórios**

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itaipu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itaipu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.
- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**34.3. Tributos diferidos**

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre ágio na incorporação de sociedade controladora e o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

**34.4. Ativos financeiros da concessão**

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados à concessão, acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do IPCA.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificado como imobilizado ou vinculado a concessão diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

**34.5. Imobilizado**

**34.5.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo Órgão Regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/2007 – conforme disposto no Ativo CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

**34.5.2. Depreciação**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

**34.6. Intangível**

**34.6.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição – VNR atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL no 396/09.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/07 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade Societária e regulatória.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**34.6.2. Amortização**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

**34.6.3. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)**

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

**34.7. Receita Operacional**

**34.7.1. Efeito CPC 47 (IFRS/15)**

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

**35. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

---

**35.1. Ativo financeiro**

Conforme comentado na Nota 35.4, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**35.2. Ativo intangível**

Conforme comentado na Nota 35.6, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, o valor dos bens vinculados a concessão passa a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

**35.3. Receita e custo de construção (resultado)**

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

**35.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)**

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

**35.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Conforme comentado na Nota 35.3 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do exercício, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

**35.6. Benefício do ágio**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Conforme MCSE, o referido valor é apresentado como "Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica".

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais)**

**36. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2019 e 2018**

	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio líquido societário	3.114.051	2.862.640
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	10.928	(29.017)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	(3.716)	9.866
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(416.661)	(319.485)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	141.665	108.625
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(33.192)	(26.146)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	11.285	-
Reavaliação regulatória compulsória	601.185	258.788
Tributo sobre reavaliação regulatória compulsória	(204.403)	(87.988)
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	1.208	-
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	(411)	-
Provisão de perda de bens	5.308	5.308
Tributo sobre provisão de perda de bens	(1.805)	(1.805)
Patrimônio líquido regulatório	<u>3.225.442</u>	<u>2.780.786</u>

**37. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2019 e 2018**

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido societário	404.905	364.520
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	39.944	(22.457)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	(13.581)	7.635
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(97.178)	(59.482)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	33.042	20.224
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(7.044)	(17.715)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	11.285	-
Reavaliação regulatória compulsória	(23.607)	(29.043)
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória	8.025	9.874
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	1.208	-
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	(411)	-
Lucro líquido regulatório	<u>356.588</u>	<u>273.556</u>

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 36.

**Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)**

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2019**

Os Diretores Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Fortaleza – CE, 27 de Julho de 2020

Diretor Presidente - Charles de Capdeville  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal  
Diretor de Recursos Humanos e Organização - VAGO  
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto  
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro  
Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior  
Diretora Jurídica - Cristine de Magalhães Marcondes  
Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires  
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal  
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Eduardo Gomes de Paula  
Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville  
Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

### Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“ Enel Distribuição Ceará”, ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração Regulatório e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2018, exceto quando especificado em contrário.

## 1 AMBIENTE REGULATÓRIO\*

### Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2019, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

**Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.

**Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2017 a 30/04/2018: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: A tarifa amarela sofreu redução e ficou estipulada em R\$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018).

De 01/07/2019 a 31/10/2019: A tarifa amarela sofreu acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19).

A partir de 01/11/19: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

**Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração.

De 01/11/2017 a 30/04/2018: As tarifas tiveram acréscimo de R\$ 3,00 para o patamar 1 enquanto o patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: As tarifas tiveram os seguintes acréscimos: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018).

De 01/07/2019 a 31/10/2019: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,00 (patamar 1) e R\$ 6,00 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19).

A partir de 01/11/19: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,169 (patamar 1) e R\$ 6,243 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

As bandeiras tarifárias que vigoraram ao longo de 2019 e 2018, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Vermelha (Patamar 1)	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 2)	Amarela	Verde				
PLD gatilho - R\$/MWh	189,63	157,28	184,91	40,16	193,36	425,01	505,18	505,18	490,74	377,47	140,51	56,74

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

## Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites vigoraram por todo o ano de 2018, iniciando em 1º de janeiro de 2018.

Em 18 de dezembro de 2018, a Resolução Homologatória n.º 2.498 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2019. O PLD máximo foi fixado em R\$ 513,89/MWh e o valor mínimo em R\$ 42,35/MWh. Esses limites vigoraram por todo o ano de 2019, iniciando em 1º de janeiro de 2019.

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

## Revisão Tarifária

Em 18/04/19, a Aneel homologou o resultado da quinta revisão tarifária periódica da Enel Distribuição Ceará, que vigorou a partir de 22 de abril de 2019, consolidada por meio das contribuições aportadas na Audiência Pública nº NT\_67-2019\_SGT.

O resultado conduz a um efeito médio percebido pelo consumidor de 8,22%, sendo de 7,87% para os consumidores conectados na alta tensão e de 8,35% para os consumidores conectados para a baixa tensão. Fixou a componente T (Trajetória dos custos operacionais) do fator X em 1,17%, perdas técnicas de 9,52% sobre energia injetada e perdas não técnicas de 7,56% sobre o mercado de Baixa Tensão.

## 2 PRINCIPAIS INDICADORES

Destaques do Período	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	7.169.754	6.665.991	503.764	7,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.675.617	4.227.027	448.590	10,6%
EBITDA (1) (R\$ mil)	799.905	633.073	166.832	26,4%
Margem EBITDA (%)	17,11%	14,98%	-	2,13 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	537.996	399.943	138.053	34,5%
Margem EBIT (%)	11,51%	9,46%	-	2,05 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	356.588	273.556	83.032	30,4%
Margem Líquida	7,63%	6,47%	-	1,16 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	12.205	11.799	406	3,4%
CAPEX (R\$ mil)*	732.486	879.038	(146.552)	-16,7%
DEC (12 meses)*	14,11	10,14	3,97	39,2%
FEC (12 meses)*	5,78	5,57	0,21	3,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,30%	98,86%	-	0,44 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	13,86%	14,21%	-	-0,35 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.916.646	4.118.271	(201.625)	-4,9%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.118	1.133	(15)	-1,3%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.348	1.425	(77)	-5,4%
PMSO (3)/Consumidor*	173,37	152,82	21	13,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	433	497	(65)	-12,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros*	9.054	8.281	773	9,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Número de Consumidores*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
	(Unidades)			
Residencial - Convencional	2.019.652	1.952.942	66.710	3,4%
Residencial - Baixa Renda	814.798	836.002	(21.204)	-2,5%
Industrial	6.522	5.465	1.057	19,3%
Comercial	190.950	167.632	23.318	13,9%
Rural	595.657	530.022	65.635	12,4%
Setor Público	46.225	48.205	(1.980)	-4,1%
<b>Mercado Cativo</b>	<b>3.673.804</b>	<b>3.540.268</b>	<b>133.536</b>	<b>3,8%</b>
Industrial	118	108	10	9,3%
Comercial	212	152	60	39,5%
Rural	9	8	1	12,5%
<b>Cientes Livres</b>	<b>339</b>	<b>268</b>	<b>71</b>	<b>26,5%</b>
Revenda	2	2	-	-
Consumo Próprio	316	307	9	2,9%
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>3.674.461</b>	<b>3.540.845</b>	<b>133.616</b>	<b>3,8%</b>
Consumidores Ativos Não Faturados	242.185	577.426	(335.241)	-58,1%
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>3.916.646</b>	<b>4.118.271</b>	<b>(201.625)</b>	<b>-4,9%</b>

A Companhia encerrou 2019 com um incremento de 3,8% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado em 2018. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado nas classes residencial (convencional e baixa renda), comercial e rural.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Em julho de 2019, a companhia realizou a migração de suas operações comerciais para um novo sistema. Para esta implantação, foi realizada a atualização cadastral dos clientes, conforme disposições regulatórias. A redução de 58,1% no número de consumidores não faturados, e de 4,9% na base total de clientes (menos 201.625 clientes em relação à 2018) reflete essa atualização cadastral. Os clientes que ainda não atualizaram seu cadastro foram temporariamente desativados até posterior regularização.

Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 423 milhões\*.

Venda e Transporte de Energia*	Em 31 de Dezembro		Variação	Var. %
	2019	2018		
	(GWh)			
Mercado Cativo	10.012	9.790	222	2,3%
Cientes Livres	2.182	1.998	184	9,2%
Revenda	11	11	0	4,0%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>12.205</b>	<b>11.799</b>	<b>406</b>	<b>3,4%</b>

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2019 apresentou um incremento de 406 GWh em relação ao ano de 2018. Este crescimento é resultado de um efeito conjunto da (i) evolução observada no mercado cativo da Companhia de 222 GWh, e de (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2019, 184 GWh superior ao registrado em 2018. Essa energia transportada gera uma receita para a Companhia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Venda de Energia no Mercado Cativo*	Em 31 de Dezembro		Variação	Var. %
	2019	2018		
	(GWh)			
Residencial - Convencional	3.568	3.274	294	9,0%
Residencial - Baixa Renda	1.036	1.099	(62)	-5,7%
Industrial	661	703	(42)	-6,0%
Comercial	1.942	1.932	10	0,5%
Rural	1.220	1.240	(20)	-1,6%
Setor Público	1.585	1.542	43	2,8%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>10.012</b>	<b>9.790</b>	<b>222</b>	<b>2,3%</b>

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 2,3% no ano de 2019 quando comparado com 2018. O principal fator que ocasionou essa evolução no consumo foi o crescimento vegetativo do mercado cativo que adicionou 133.536 novos consumidores\* à base comercial cativa da Companhia.

Indicadores Operacionais e de Produtividade*	Em 31 de Dezembro		Variação	Var. %
	2019	2018		
DEC 12 meses (horas)	14,11	10,14	3,97	39,2%
FEC 12 meses (vezes)	5,78	5,57	0,21	3,8%
Perdas de Energia 12 meses (%)	13,86%	14,21%	-	-0,35 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,30%	98,86%	-	0,44 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.348	1.425	(77)	-5,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	433	497	(65)	-12,9%
PMSO (1)/Consumidor	173,37	152,82	21	13,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.054	8.281	773	9,3%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ambos os indicadores apresentaram um incremento em 2019 comparado a 2018, devido, principalmente a: (i) onda de ataques criminosos ocorridos em janeiro e setembro de 2019, os quais comprometeram as operações da companhia nas áreas alvo dos ataques; e (ii) ao elevado volume de chuvas e raios, observados principalmente no primeiro semestre do ano também impactaram os indicadores de qualidade.

A Companhia investiu R\$ 71 milhões\* em adequação à carga e qualidade do sistema nos últimos 12 meses.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 13,86%\* em 2019, uma redução de 0,35 p.p. em relação às perdas registradas em 2018, de 14,21%\*. Esta redução reflete os resultados do plano de combate aos furtos de energia, implantado em 2018.

Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 53 milhões\* no combate às perdas.

#### 4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (REGULATÓRIO)

Principais Contas de Resultado e Margens	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
	(R\$ Mil)			
Receita Operacional Bruta	7.169.754	6.665.991	503.764	7,6%
Deduções à Receita Operacional	(2.494.137)	(2.438.964)	(55.174)	2,3%
Receita Operacional Líquida	4.675.617	4.227.027	448.590	10,6%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.137.621)	(3.827.084)	(310.537)	8,1%
<b>EBITDA(1)</b>	<b>799.905</b>	<b>633.073</b>	<b>166.832</b>	<b>26,4%</b>
Margem EBITDA	<b>17,11%</b>	<b>14,98%</b>	-	2,13 p.p
EBIT(2)	537.996	399.943	138.053	34,5%
Margem EBIT	11,51%	9,46%	-	2,05 p.p
Resultado Financeiro	(138.392)	(80.498)	(57.894)	71,9%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(43.016)	(45.889)	2.873	-6,3%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>356.588</b>	<b>273.556</b>	<b>83.032</b>	<b>30,4%</b>
Margem Líquida	7,63%	6,47%	-	1,16 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)*	4,58	3,51	1,07	25,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia aumentou R\$ 503,8 milhões em relação ao ano de 2018. Este aumento reflete o efeito líquido do (i) incremento de R\$ 517,9 milhões no Fornecimento de Energia Elétrica, decorrente do efeito da Revisão Tarifária em 2019, aplicado a partir de 22 de abril de 2019, que acresceu as tarifas da Companhia em 8,22% em média; do (ii) aumento de 2,3% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (10.012 GWh em 2019 versus 9.790 GWh em 2018); e da (iii) adesão ao

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

mecanismo de Venda de Energia Excedente – MVE em 2019, cujo impacto foi de R\$129,9 milhões.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 163 milhões em ativos e passivos financeiros setoriais, devido à menor constituição de ativos financeiros regulatórios relativo à compra de energia e outros encargos, parcialmente compensado com a reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias, antes registrada em outras receitas.

### **Deduções da Receita**

As deduções da receita em 2019 apresentaram um incremento de R\$ 55,2 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento é o efeito do acréscimo de R\$ 120,1 milhões, resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Este efeito foi parcialmente compensado pela redução de R\$ 65 milhões em encargos setoriais, em razão, principalmente, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019.

### **Custos e Despesas Operacionais**

Os custos e despesas operacionais em 2019 alcançaram R\$ 4.137,6 milhões, um incremento de R\$ 310,5 milhões em relação ao ano de 2018. No que se refere aos Custos e despesas não-gerenciáveis, houve um aumento de R\$ 279,2 milhões, explicado, principalmente pelo:

- (i) aumento da demanda entre os períodos analisados, o que reflete no incremento de R\$ 275,8 milhões em energia elétrica comprada para revenda e;
- (ii) aumento de R\$ 3,4 milhões em encargos de transmissão, conexão e distribuição, decorrente do ajuste dos montantes de uso do sistema de transmissão, conforme aditivo N° 20 do contrato de uso do sistema de transmissão N° 098/2002, que definiu os valores de MW (Megawatt) para o período até 2021.

Em relação aos Custos e despesas gerenciáveis, observou-se um acréscimo de R\$ 31,4 milhões, explicado pelo:

- (i) Aumento de 7,3% (R\$ 26 milhões) em materiais e serviços de terceiros em razão, basicamente, de aumento da atividade de operação e manutenção para assegurar a qualidade do serviço, além de maiores despesas com a continuidade do plano de combate ao furto de energia lançado em 2018.
- (ii) Aumento de R\$ 28,8 milhões em depreciação e amortização, devido ao aumento da base de ativos, reflexo do elevado volume de investimentos realizados ao longo do último ano.
- (iii) Aumento de R\$ 28 milhões nas Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em razão de: (i) decisões desfavoráveis em processos trabalhistas, cujos objetos envolvem acidente de trabalho e diferença salarial; e de (ii) provisão de multa no montante de R\$ 19 milhões oriunda de Auto de Infração aplicada pelo órgão

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

regulador decorrente de fiscalização em procedimentos e critérios na aplicação das disposições regulamentares estabelecidas para micro e minigeração distribuída nas unidades consumidoras.

## EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA da Companhia em 2019 atingiu o montante de R\$ 799,9 milhões, o que representa um aumento de R\$ 166,8 milhões em relação ao ano de 2018.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Abaixo demonstra-se a conciliação dos cálculos acima citados:

Conciliação do EBITDA e do EBIT	Em 31 de Dezembro			Var. %
	2019	2018	Variação	
	(R\$ Mil)			
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>356.588</b>	<b>273.556</b>	<b>83.032</b>	<b>30,4%</b>
(+) Tributo sobre o Lucro	43.016	45.889	(2.873)	-6,3%
(+) Resultado Financeiro	138.392	80.498	57.894	71,9%
<b>(=) EBIT</b>	<b>537.996</b>	<b>399.943</b>	<b>138.053</b>	<b>34,5%</b>
(+) Depreciações e Amortizações	261.909	233.130	28.779	12,3%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>799.905</b>	<b>633.073</b>	<b>166.832</b>	<b>26,4%</b>

## Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Companhia encerraram o ano de 2019 em R\$ 138,4 milhões, um aumento de R\$ 57,9 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento decorre do efeito líquido das seguintes variações:

- (i) Variações monetárias de ativos e passivos setoriais - receitas/despesas (aumento de despesa líquida em R\$ 18 milhões): esta variação deve-se, principalmente, a uma redução do saldo médio de ativos financeiros setoriais entre os períodos analisados.
- (ii) Encargos, variações monetárias e cambiais de dívida e instrumento financeiro derivativo – hedge/swap – receita/despesa (incremento de R\$ 41 milhões): deve-se por maiores encargos devido a maior saldo médio da dívida, captada para financiar investimentos e capital de giro.
- (iii) Custo pré-pagamento BNDES (incremento de R\$ 2 milhões): devido ao pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2014, com o objetivo de otimizar gastos financeiros. O diferencial de custos entre a nova operação realizada e as operações pagas antecipadamente absorverá esse custo de pré-pagamento, assegurando benefícios econômicos para a companhia no futuro.
- (iv) Atualizações de impostos, P&D/PEE (incremento de R\$ 5,5 milhões): em função, principalmente, de uma devolução para a SEFAZ de crédito de ICMS indevido.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- (i) Renda de aplicação financeira (incremento de R\$ 8,1 milhões): decorrente de um maior volume médio de caixa aplicado entre os períodos analisados.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

- (ii) Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (redução de R\$ 12 milhões): decorrente do encerramento de processos cíveis e trabalhistas que geravam elevados valores de atualização.

### Tributos e Outros

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2019 registraram uma redução de R\$ 2,9 milhões em relação ao ano de 2018. Esta variação decorre, principalmente, de menor alíquota efetiva (IR e CSLL) em relação ao ano anterior.

### Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Companhia registrou em 2019 um lucro líquido de R\$ 356,6 milhões, valor R\$ 83 milhões superior ao registrado no ano de 2018. A margem líquida em 2019 alcançou 7,63%.

## 5 ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Indicadores de Endividamento	Em 31 de Dezembro			Var. %
	2019	2018	Varição	
	(R\$ Mil)			
Dívida Bruta (R\$ mil)	2.199.834	1.888.271	311.563	16,5%
Dívida com Terceiros	2.199.834	1.587.644	612.190	38,6%
Dívida Intercompany	-	300.627	(300.627)	-100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	168.638	163.815	4.823	2,9%
<b>Dívida Líquida (R\$ mil)</b>	<b>2.031.196</b>	<b>1.724.456</b>	<b>306.740</b>	<b>17,8%</b>
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	2,70	2,61	0,1	3,4%
Dívida Líquida / EBITDA(1)*	2,49	2,39	0,1	4,6%
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,41	0,40	0,0	4,2%
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,39	0,38	0,0	5,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações

A dívida bruta da Companhia encerrou o ano de 2019 em R\$ 2.200 milhões, um incremento de R\$ 311 milhões em relação a 2018. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 650 milhões com a 7ª emissão de debentures, R\$ 300 milhões captados com BNP e R\$ 79 milhões liberados junto ao Banco do Nordeste), em conjunto com a correção monetária de 35 milhões e provisão de encargos de R\$ 128 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 759 milhões e R\$ 122 milhões.

A Companhia encerrou 2019 com o custo médio da dívida de 7,61% a.a., ou CDI + 1,58% a.a.

### Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 180 milhões em limites abertos de conta garantida e linha comprometida para utilização em operações de curto prazo.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 700 milhões.

### Classificação de Riscos (Rating)

Em 18 de setembro de 2019, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável. Foram reafirmados também os ratings AAA (bra) atribuídos à 5ª, 6ª e 7ª emissões de debentures da Companhia.

## 6 INVESTIMENTOS

Investimentos	Em 31 de Dezembro			Var. %
	2019	2018	Variação	
	(R\$ Mil)			
Novas Conexões	423.472	375.937	47.534	12,6%
Rede	123.675	311.728	(188.054)	-60,3%
Combate às Perdas	52.613	54.497	(1.884)	-3,5%
Qualidade do Sistema Elétrico	30.065	153.857	(123.792)	-80,5%
Adequação à carga	40.997	103.374	(62.377)	-60,3%
Outros	144.209	125.708	18.501	14,7%
Variação de Estoque	41.131	65.665	(24.534)	-37,4%
<b>Total Investido</b>	<b>732.486</b>	<b>879.038</b>	<b>(146.552)</b>	<b>-16,7%</b>
Aportes / Subsídios	(6.828)	(39.316)	32.487	-82,6%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>725.658</b>	<b>839.723</b>	<b>(114.065)</b>	<b>-13,6%</b>

Os investimentos realizados pela Companhia em 2019 alcançaram R\$ 732 milhões, uma redução de R\$ 147 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2019 foi direcionado à conexão de novos clientes (R\$ 423 milhões) e a outros investimentos, tais como manutenção corretiva (R\$ 31 milhões), melhorias tecnológicas (R\$ 53 milhões) e segurança e meio ambiente (R\$ 43 milhões).

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Companhia atingiram R\$ 726 milhões em 2019.

## 7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

A Enel Distribuição Ceará mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Desta forma, envolve todas as áreas da companhia para o desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel têm metas diretas para seis deles: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, com destaque

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

para o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são foco de sua atuação. A Enel Distribuição Ceará conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede, que atuou com 272 líderes comunitários de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas locais para o desenvolvimento dos projetos.

Os 85 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Ceará em 2019 beneficiaram cerca de 490 mil pessoas, com um investimento de R\$ 34 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 1,8 milhão em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Entre os projetos realizados, destacam-se:

**Ecoenel:** é um projeto de eficiência energética que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. O projeto encerrou o ciclo de 2019 com 145 ecopontos ativos, 5.140 toneladas de resíduos arrecadados e mais de R\$ 1,7 milhão em bônus na forma de desconto na conta de energia. Através da reciclagem dos resíduos recebidos, foram economizados mais de 25 milhões de kWh em energia e foi evitada a emissão de mais de 13 mil toneladas de CO<sup>2</sup>.

**Plataforma Sinfonia do Amanhã:** Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil por meio de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre cerca de 30 escolas participantes no país. O programa promove ainda o acesso à cultura, fortalecimento da cidadania e inclusão social dos beneficiados. Em 2019, a iniciativa promovida pela Enel Distribuição Ceará beneficiou mais de 2.400 alunos em 10 instituições e o público das apresentações promovidas pela plataforma chegou a 100 mil pessoas.

**Escolas Criativas – Cultura, Educação e Sustentabilidade:** O projeto consiste na realização de ações socioeducativas em escolas que integram a rede pública de ensino do município de Jijoca de Jericoacoara e na modernização da Escola Nossa Senhora da Consolação, localizada na Vila de Jericoacoara. As ações na escola incluem estruturação da Estação Criativa, com cenografia e mobiliário, além da instalação de placas fotovoltaicas para geração de energia solar. Iniciado em 2019, o projeto atenderá 100% das escolas do município em 2020. Serão nove escolas que terão a adequação estrutural de auditório, ambientação do espaço de convivência e a Plataforma Escolas Criativas, que impulsiona a produção e desenvolvimento de conteúdo, além da substituição de lâmpadas antigas por lâmpadas LED e a entrega de materiais voltados à sustentabilidade. O projeto é desenvolvido através do Programa de Eficiência Energética e da Lei de Incentivo à Cultura.

**Enel Compartilha Cultura:** A Enel Distribuição Ceará reafirma seu compromisso com a cultura local através do apoio a diversas iniciativas socioculturais por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Entre as apoiadas em 2019, destacam-se os projetos CulturArte, Brincadeiras Perdidas, Baú de Leitura, Caravana da Leitura e do Autor Cearense e a revitalização do Teatro Municipal de Guaramiranga. Estas iniciativas beneficiaram mais de 30 mil pessoas e receberam um investimento de R\$ 1 milhão.

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa que engajou 520 colaboradores promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Temas como direitos humanos, diversidade, educação financeira, ética, voluntariado e cuidados com o meio

ambiente, foram abordados nas atividades distribuídas entre os pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

## 8 RECONHECIMENTOS E PREMIACÕES\*

### Sustentabilidade e Inovação

**Guia EXAME de Sustentabilidade 2019** – Pelo 5º ano consecutivo, a Enel foi eleita uma das melhores empresas de Energia em Sustentabilidade pelo Guia EXAME de Sustentabilidade, e foi a mais sustentável do Brasil em Direitos Humanos. A publicação destacou o programa de *Due Diligence* de Direitos Humanos, que abrange temas como condições de trabalho, diversidade, saúde e segurança, além de questões ambientais. Nesta edição, foram 229 companhias inscritas.

**Prêmio ODS Pacto Global** - A Enel Brasil foi reconhecida com o Prêmio ODS Pacto Global, na categoria Prosperidade, pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo. O case da Enel foi um dos 13 vencedores dentre os 800 projetos inscritos. O Prêmio ODS da Rede Brasil do Pacto Global reconhece práticas empresariais e de ensino que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**Empresa Pró-Ética 2018/2019** – A Enel conquistou, pela 3ª vez consecutiva, o reconhecimento Empresa Pró-Ética do Governo Federal. O Pró-Ética é uma iniciativa realizada por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia empresas em relação à prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio. A edição contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação. Após o processo de avaliação, 26 empresas foram aprovadas e reconhecidas como Empresa Pró-Ética 2018-2019.

**Prêmio Nacional de Inovação** – O Prêmio Nacional de Inovação é o principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em cinco modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação em Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing. Nesta edição, a Enel no Brasil venceu a categoria 'Inovação em Marketing'.

**Prêmio Valor Inovação** – A Enel Brasil ficou em 1º lugar na Categoria Energia Elétrica. A pesquisa elegeu 150 empresas e se baseou em cinco pilares: Intenção (estratégia, visão, cultura e valores), Esforço (recursos, processos, estruturas), Resultado, Citações (reconhecimento do mercado) e Patente (registro de conhecimento).

**Prêmio Whow 2019** – Whow! é o festival de inovação para negócios realizado no Brasil pela 100 Open Startups. Reúne executivos, startups e investidores para criar soluções para os verdadeiros desafios da sociedade. A Enel ficou na 2ª posição no setor de energia e *utilities* e 29º do Ranking Geral pelo engajamento e relacionamento com startups.

**Empresa Amiga da Criança** – A Enel Brasil recebeu pelo 4º ano consecutivo o selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem.

## **Pessoas**

**Prêmio WEPs Brasil 2019** – A primeira participação da Enel no Prêmio WEPs Brasil 2019 – Empresas Empoderando Mulheres já garantiu o reconhecimento prata da companhia entre as Empresas de Grande Porte. A iniciativa tem o propósito de incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no País, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A edição contou com 181 empresas inscritas e 61 vencedoras.

**Prêmio Nacional de Qualidade de Vida** – A Enel foi uma das vencedoras da premiação que promove o reconhecimento de empresas que possuem práticas de excelência e obtêm êxito na melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores.

**Prêmio Top Employer** – A abrangente e independente pesquisa revelou que Enel Brasil oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da Companhia, e demonstrou que é líder no ambiente de Recursos Humanos (RH), esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de RH e se desenvolver, sempre.

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos valores apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria com o auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

<b>Diretoria Executiva</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Diretoria Executiva</b>
Diretor Presidente	Charles de Capdeville
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Recursos Humanos e Organização	Vago
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação	Luiz Antonio Correa Gazulha Junior
Diretora Jurídica	Cristine de Magalhães Marcondes
Diretora de Compras	Margot Frota Cohn Pires
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes	Eduardo Gomes de Paula
Diretor de Planejamento e Engenharia	Charles Capdeville
Diretora de Mercado	Márcia Sandra Roque Vieira Silva

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Presidente	Mário Fernando de Melo Santos
Vice-Presidente	Nicola Cotugno
Conselheiro Efetivo	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro Efetivo	Teobaldo José Cavalcante Leal
Conselheiro Efetivo	Cristine de Magalhães Marcondes
Conselheiro Efetivo	Francisco Honório Pinheiro Alves
Conselheiro Efetivo	Fernando Augusto Macedo de Melo
Conselheiro Efetivo	João Francisco Landim Tavares
Conselheiro Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro Suplente	Marcia Massotti de Carvalho
Conselheiro Suplente	Monica Hodor
Conselheiro Suplente	Maria Eduarda Fischer Alcure
Conselheiro Suplente	Michelle Rodrigues Nogueira
Conselheiro Suplente	Dilma Maria Toledo
Conselheiro Suplente	Artur Teixeira Neto

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Conselheiro Efetivo	Antonio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Efetivo	Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Efetivo	Carlos Antonio Vergara Cammas
Conselheiro Suplente	Aldemir Ferreira de Paula
Conselheiro Suplente	Antonio Cleto Gomes
Conselheiro Suplente	Luciana Doria Wilson

**Relações com Investidores**

Daniel Spencer Pioner

**Contador Responsável**

Renato Resende Paes – CRC SP308201

Fortaleza, 27 de Julho de 2020.

**A Administração**